

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

A RESISTÊNCIA

ARMADA

DO ARAGUAIA



COLECCÃO POLÍTICA REVOLUCIONÁRIA

6000

COLECCÃO POLÍTICA REVOLUCIONÁRIA

A RESISTÊNCIA ARMADA NO ARAGUAIA

NOTA: A presente edição obedece, na íntegra, aos documentos publicados pelo Partido Comunista do Brasil. Não alterámos nem a ortografia nem a sintaxe porque são a expressão particular do povo a que o Partido Comunista do Brasil se dirige.

Edições



Bandeira Vermelha

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

A RESISTÊNCIA

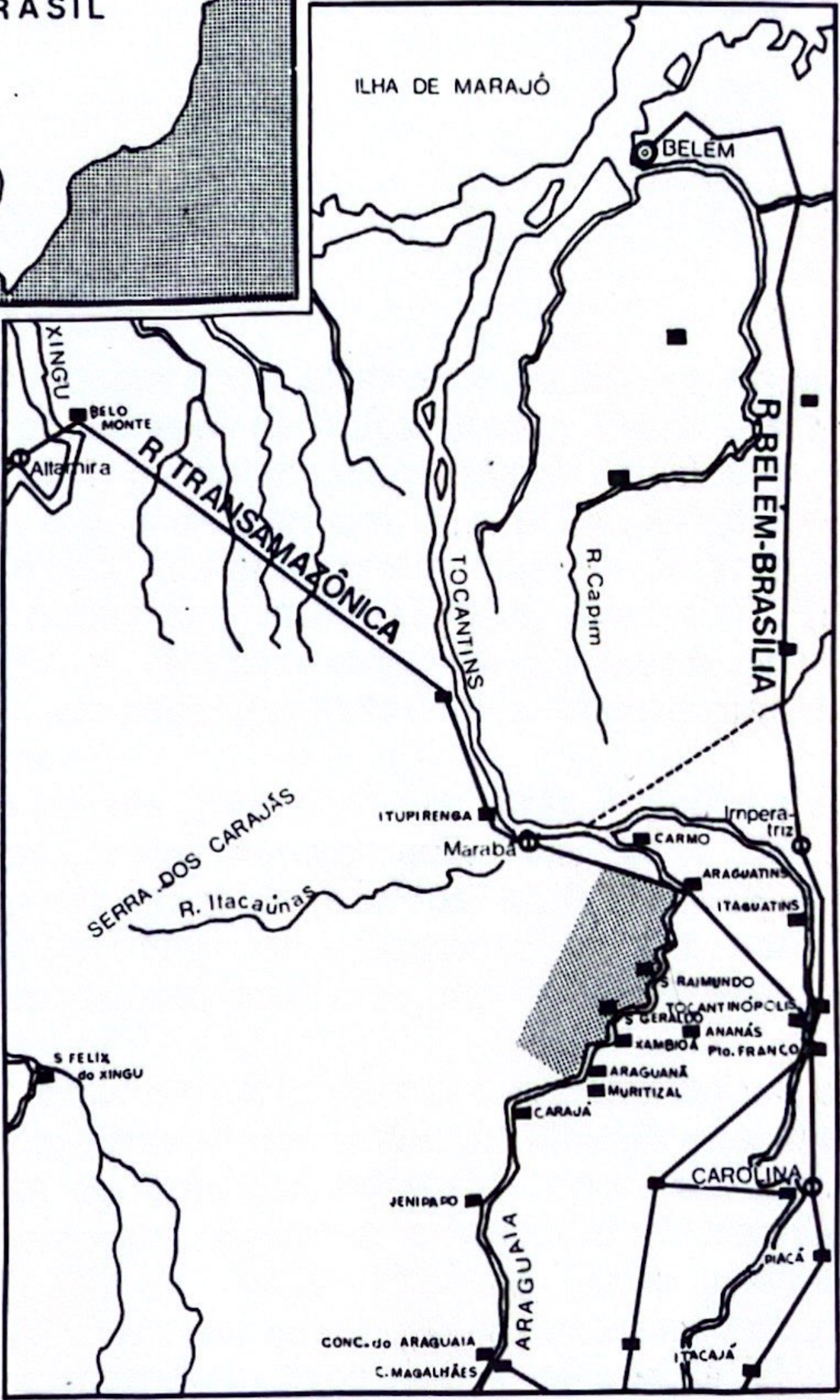
ARMADA

DO ARAGUAIA

Composto na Coop. Gráfica 25 de Abril, SCARL
Av. 5 de Outubro, 176-4º-Dº
Impresso na Grua Artes Gráficas, Lda.
Tv. Almas-2/A, Lisboa

3 500 exemplares

Neste folheto conta-se a história resumida de um período da luta guerrilheira do Araguaia, desconhecida ainda da maioria da nação. Narra-se ao mesmo tempo a ação tenebrosa das Forças Armadas em missão repressiva no sul do Pará. Duas condutas, dois propósitos. Amor à liberdade e consciência dos direitos do povo, de uma parte; aversão à democracia e ódio às massas populares, de outra. Breve roteiro, retrata de longe o heroísmo e o significado da resistência armada aos desmandos da ditadura — acontecimento destinado a ocupar lugar de destaque entre os feitos gloriosos de que se orgulham os brasileiros.



O Araguaia é um extenso e majestoso rio que margeia os Estados de Mato Grosso, Goiás e Pará. Suas águas límpidas formam a maior ilha fluvial do mundo — a ilha do Bananal. É o principal afluente do Tocantins. Em suas praias viveram durante séculos as tribus dos índios Carajas, atualmente em decadência. A margem esquerda é coberta de florestas. Aí começa (ou termina) a imensa planície amazônica.

Até há uns quarenta anos atrás, as terras a ele adjacentes eram consideradas devolutas. Hoje, acham-se nas mãos de grileiros, latifundiários e de empresas estrangeiras. Somente a Companhia Suiá-Missu ocupa uma área de cerca de 700 mil hectares.

As terras da parte do rio que corre ao sul do Pará transformaram-se nestes últimos trinta anos em frente agrícola em expansão, procurada pelas massas camponesas pobres, oriundas do Maranhão, Piauí, Ceará, de Goiás, Espírito Santo e Minas Gerais. Também por gente que se dedica ao extrativismo e ao comércio. Nos fins da década de 60 sua

população já havia alcançado mais de 100 mil almas. Além de Conceição do Araguaia, cidade antiga, surgiram dezenas de vilas e povoados. Um pouco mais abaixo, logo após a junção do Araguaia com o Tocantins, encontra-se Marabá, centro comercial de relativa importância. Do lado de Goiás, há também várias cidades e lugarejos.

Na área que vai do município de Conceição do Araguaia até o de Marabá realizou-se o movimento guerrilheiro do sul do Pará.

Nos fins de 1967 começam a chegar a essa região aqueles que, mais tarde, tornam-se destacados combatentes da guerrilha. Os primeiros instalam-se no sítio chamado Faveira, à margem do Araguaia, não muito distante do Tocantins. Entre eles, Mário, um homem de seus cinquenta e tantos anos, dirigente político, e Joca, operário metalúrgico, jovem de ar modesto e olhos brilhantes.

De início, neste longínquo lugar, organizam um pequeno comércio. Maria, antiga funcionária da previdência social, é a dóna da casa. Compram e vendem. Compram o que os moradores produzem. Vendem aquilo que eles necessitam de imediato. Comércio sem pretensão. A margem de lucro, escassa, assegura tão-somente a continuidade do negócio. Os lavradores não têm dinheiro. Tudo se realiza à base da troca. Trazem um saquinho de pano com amêndoas de coco-babaçu, ovos, um frango. Mais tarde, arroz, fumo, castanha-do-pará, milho, mandioca, farinha. Procuram saber o quanto dá o pouco que trouxeram. Então fazem as compras: sabão, açúcar, sal, café, querosene, remé-

dios — em quantidades diminutas. No local também se atendem necessitados de socorro médico. Fazem-se curativos, salvam-se vidas da gente pobre que não tem assistência de qualquer espécie.

Novos moradores vão chegando à Faveira. José Carlos, de vinte e dois anos; Alice, aluna da Escola de Enfermagem Ana Nery. Beto e Luís, este ex-estudante de Arquitetura, aquele, engenheiro eletrônico. Sempre viveram nas cidades. Tudo é novidade para eles. Só não é novo o desejo ardente de servir o povo, de se integrar com a população pobre do interior. Aspiram a conhecer a geografia, a fauna, sobretudo a selva misteriosa da Amazônia. A região aparece-lhes como se fora uma universidade diferente, em cujo *campus* se conhece melhor o outro Brasil, de mais de cinquenta milhões de habitantes.

Mais acima, em Araguatins, vive um negro simpático, alto de quase dois metros, conhecido por Osvaldo. Osvaldo Orlando da Costa que tem curso da Escola Técnica Nacional e do CPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva). Está na região desde 1966. Explorou garimpo em Itamirim. Realizou também inúmeras caçadas nas matas paraenses. Meses seguidos, com outros caçadores, embrenhou-se na selva atrás de onças, gatos-maracajás, caititus. Ou melhor, do couro precioso desses animais. Todos gostam dele. É simples, comunicativo, sempre pronto a ajudar quem quer que seja. Certa vez — contam as pessoas do lugar — passava por um barraco pobre, num “centro” distante. Parou para beber água. A dona do casebre lhe falou agoniada sobre a filha pequena que estava quase morrendo. Ela não possuía recursos. Se tivesse um dinheirinho salvaria a criança. — “A única coisa que



...o cachorro é meu, mas a senhora fica tomando conta dele...

tenho é este cachorro. Não quer comprar? ". Osvaldo meteu a mão no bolso. Todo o dinheiro que levava entregou à mulher. — "Bem, o cachorro é meu, mas a senhora fica tomando conta dele..."

Em 1970, Osvaldo vai residir às margens do Gameleira, afluente do Araguaia que deságua à altura da cachoeira de Santa Isabel, juntamente com dois amigos: Cid, um homem de quase sessenta anos e Zeca, mecânico de profissão. Depois vem Glênio, estudante pobre, e Sueli, uma jovem professora de origem japonesa. O local é uma capoeira antiga. Não tem nada. Os chegantes precisam fazer tudo, desde o barraco para morar. Pela redondeza não há muita gente. O comércio mais próximo dista umas duas léguas. Meio de vida: roça e caça. Eles pretendem, entretanto, desbravar o terreno contíguo e organizar uma boa plantação. Todos mostram grande vontade de aprender com a massa pobre do lugar. Um dia, o morador vizinho, Darci, parou no barraco para conversar. Glênio, ingenuamente, pergunta-lhe se não há inhame onde ele mora. — "Inhame? Mas aqui adiante de sua casa tem, de plantação antiga". E foi com Glênio indicar o lugar. Ali, pacientemente, explicou primeiro a maneira de se conhecer a planta. Depois ajoelhou-se e começou a escavar habilidosamente a raiz. — "É assim que se tira, dizia. Não se pode fazer de outra forma, senão se fere o inhame e se perde uma boa parte". Era a primeira aula prática que os novos moradores recebiam. Aula de quem conhece a profissão e ensina de muito bom grado.

A uns vinte quilômetros além de São Geraldo, defronte de Aruanã (Goiás), mora Paulo Rodrigues, gaúcho calmo e sério, de trinta e três anos. Acompanha-o um operário, Daniel Calado, conhecido

por Doca. Durante muito tempo, os dois trabalharam num comércio *sui-generis*. Subiam e desciam o Araguaia, em pequeno barco-motor — o “Carajá” — vendendo roupa, utensílios de pesca, miudezas domésticas. O barco era a sua casa. Conheci bem a região ribeirinha, desde Conceição do Araguaia até Luiz Alves, muito adiante de São Félix. Agora, acomodam-se à margem esquerda do grande rio, perto do Caiano. Derrubam, plantam. Começam a organizar uma fazendola.

Chegam outros amigos: Pedro, espírito empreendedor; Ari, ex-estudante; sua companheira Áurea, anos antes, campeã brasileira de natação. Vêm, mais tarde, Dina e seu marido, Antônio, ambos geólogos, inscritos como cientistas no Ministério das Minas e Energia.

Nesses confins surge a primeira escola. Construída pelos moradores, graças ao empenho de Paulo Rodrigues. Áurea é a professora. No fim do ano, quarenta crianças haviam aprendido a ler. Ao encerrar-se o curso, houve festa. E choro. Gratidão dos pais e moradores à professorinha dedicada que recebia macaxeira, frutas, caça, batata-doce em pagamento das aulas ministradas.

Na mesma fazendola de Paulo Rodrigues passa a viver João Carlos Haas Sobrinho, médico formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem 28 anos. Em 1967, fora para o interior do Maranhão. Residiu muitos meses na cidade de Porto Franco, à margem direita do Tocantins. Aí não havia médico. Nem na cidade fronteira, do outro lado do rio, Tocantinópolis, bem maior que aquela. João Carlos abriu uma clínica que transformou num pequeno hospital. Atendia sem descanso todos que o procuravam. Em pouco tempo,

sua fama de médico e de homem bom corria a região. Era estimadíssimo. Mas teve que deixar o lugar. Seu retrato aparecera nos jornais de vários Estados com a legenda de subversivo, procurado pela polícia política. Quando anunciou seu propósito de sair, houve grande mobilização popular. Veio gente de todo canto pedir-lhe que ficasse. Ele não podia atender o pedido nem explicar os motivos de sua partida. Desculpou-se como pôde. Transferiu-se para a fazendola de seu amigo e contemporâneo, no rio Caiano. Ali chamava-se simplesmente Juca e se dizia enfermeiro. Apesar de evitar fazer algo que pudesse identificá-lo, vez que outra ultrapassava os limites. Uma tarde de domingo é chamado às pressas. Uma jovem do lugar sofria terrivelmente há vários dias com as dores do parto e não conseguia ter o filho. Juca examinou-a. Constatou a impossibilidade do parto normal. Para salvá-la era preciso fazer cesariana e ele não tinha instrumentos para isso. Nem podia abrir o jogo. Falou com a família da parturiente. — “Ela vai morrer, não pode ter a criança. Se vocês concordam vou tentar o impossível. E mesmo que me saia bem há ainda o perigo da infecção puerperal”. Nesta altura já se havia esquecido que não devia deixar transparecer suas aptidões. Mais forte que a vigilância política revelara-se a alma do médico. Queria salvar a jovem. E salvou-a.

Pouco a pouco, chegam outros rapazes e moças, de distintas origens sociais: operários, camponeses, estudantes, profissionais liberais. Vários deles conheciam a violência desbragada nas cidades, a cara monstruosa e verde-oliva do fascismo. Para a Faveira e São Domingos das Latas vêm Elenira, antiga e querida dirigente da UNE (União Nacional

de Estudantes) e que se tornou conhecida por Fátima; Sônia, quartanista de medicina, uma jovem criada num asilo de caridade e que com esforço próprio alcançara a Universidade. E Nunes, Zezinho, Landim, Piauí. Abrem roças a 8 e 10 léguas de distância da beira do rio. Valquíria e seu companheiro Idalício, ex-estudante de Psicologia que tocava violão, Gil, Flávio e Amauri vêm para a zona do Gameleira e Jacarezinho. E também Mariadina, Lia e Tuca, esta enfermeira qualificada. Na área de São Geraldo e do Caiano, chegam: Joaquim, antigo metalúrgico paulista que se revelara, em Goiás, farmacêutico e “médico” improvisado do interior, Vitor, Quelé (Kleber), Bergson e outros. Também Maria Lúcia.

A ocupação de quase todos é a roça e a caça — tal como a da maior parte da população. Vivem como vive o povo. Aprendem dia a dia. Com a natureza, com as massas. Transformaram-se em moradores locais, gente simples e prestativa.



O homem e o facão são inseparáveis.

Não foi difícil a essas pessoas constatar que o sistema de vida e de trabalho da região é primitivo. Nela não se chegou nem mesmo à idade da enxada. Domina o facão, que serve para tudo. Substitui o arado, a "plantadeira", a faca de picar fumo, a foice. Limpa-se o terreno com o facão, planta-se com o facão, colhe-se com o facão, prepara-se o alimento com o facão. E com o facão coça-se as costas, tira-se o bicho-de-pé, arranca-se o berne, briga-se. Sem facão não se constrói o casebre. O homem e o facão são inseparáveis. Até no arrasta-pé, o cavalheiro dança de facão à cinta. A espingarda de cartucho é também indispensável. Sem caça, as dificuldades aumentam. São muitos os lavradores que possuem sua arma de calibre 20 ou 36, velha, velhíssima, os cartuchos feitos em casa, com chumbo e pólvora comprados na cidade. A produção local é relativamente pequena: arroz, milho, mandioca, feijão, fava. Os produtores guardam pouco para o seu consumo. Vêm-se obrigados a vender mais do que devem para poder adquirir coisas que urgentemente necessitam.

Todos trabalham, trabalham demais, mas apenas lhes sobram ninharias. A fome é crônica. As crianças andam nuas. São brasileiros esquecidos, analfabetos, doentes, abandonados à própria sorte.

Sucedem-se as injustiças, muitas e revoltantes. O povo só é lembrado pelo governo na ocasião da cobrança de impostos. Todos os meses, o "motor" da Coletoria de São João do Araguaia sobe e desce o rio, levando o coletor, o delegado de polícia, um cabo e dois praças da Polícia Militar. Fisco e polícia, juntos. A tarefa é arrecadar impostos, multar, chantagear. Quando o lavrador não tem dinheiro, levam-lhe a criação ou os alimentos de que precisa. Os desatinos repetem-se. No Porto da Barca, de frente de Araguatins, dois moradores procuram transferir para o lado de Goiás o arroz que produziram, tentando evitar o ônus do governo paraense. Chega, na hora, o "motor" da Coletoria. O arroz é embargado. E os dois desgraçados são submetidos a um terrível suplício. De pé, separados por uma parede, com as mãos atadas às costas e amarradas as de um nas do outro através de um buraco na parede, sem poderem se mexer, permanecem a noite inteira em torturante posição. Tripudia-se sobre as pessoas simples. A polícia usa diferentes processos de pressão e atemorização para extorquir os magros recursos dos plantadores. Na beira do rio, acontecem vários casos. O filho de uma mulher chamada Iraci foi a Apinagés, vilarejo situado na junção do Araguaia com o Tocantins. Ali embriagou-se e passou a desafiar o bate-pau. Coisa de bêbado, sem maior importância. Mas o bate-pau não gostou. Chamou dois capangas e, conjuntamente, bateram no rapaz indefeso até matá-lo. Em Ponta de Pedra, povoado adiante da Faveira, mo-

rava um casal. O homem pescava, a mulher quebrava coco-babaçu. Viviam pobremente. Apareceu lá o bate-pau local: Zé Caroço. Discutiram por motivo fútil. No meio da discussão, o homem correu. Zé Caroço mete-lhe um tiro nas costas e mata-o. Raimundinho, irmão de Antônio Cachaça, morador do Brejinho, a duas léguas da beira, tomou umas pingas. O bate-pau viu que ele portava um revolver velho. Sacou do seu e exigiu que o do outro lhe fosse entregue. Raimundinho resistiu e conseguiu fugir. Dias depois chegavam soldados para tomar a arma e prender seu dono. O objetivo, porém, era a extorsão. Para suspender a ordem de prisão, exigem 75 cruzeiros. A vítima vendeu os últimos teréns para satisfazer os policiais. Afonso, pai de família numerosa e lavrador exemplar, foi chamado à Ponta de Pedra para responder diante do bate-pau por uma queixa contra ele apresentada. Morando longe, não pôde ir. Chegaram então soldados e um cabo para levá-lo ao cárcere. Se não quisesse ir, teria de pagar 50 cruzeiros. Sem tostão, recorreu a Joca pedindo-lhe um empréstimo. Na ocasião, 50 cruzeiros correspondiam a dez sacos de arroz com casca. Ninguém quer ser preso. A prisão de Apinagés, para onde são encaminhados os detidos, causa pavor. Assemelha-se a uma jaula de tigre. Feita de troncos de árvores enterrados no solo, sem soalho nem cobertura, verdadeiro martírio para os encarcerados. Enfim, casos de violência, abusos, extorsões e mortes são rotina.

A malária é também inimiga dos habitantes do sul do Pará. Há muitas outras doenças — a leishmaniose, a verminose, a frieira, os males venéreos. Mas o paludismo ataca a todos. E às vezes sob a pior forma — a terçã maligna. Acomete recém-nascidos,

crianças, jovens e velhos. Há um serviço público chamado Campanha de Erradicação da Malária, a CEM, que existe apenas no papel. Os remédios são caros e o povo não pode comprá-los. É comum encontrar lavradores, castanheiros e madeireiros trabalhando dias seguidos com febre.

As febres atacaram também os chegantes. Joca e Zécarlos foram os primeiros. Tiveram terçã maligna. Mário teve duas terças e vários acessos de malária. Dona Maria tremeu com a sezão. Geraldo quase morreu: treze dias de febre entre 39 e 41 graus. Dina caminhou semanas suportando a malária. Todos foram-se acostumando, ou melhor, aceitando o inevitável. O sistema de prevenção é precário: afugentar o mosquito com a fumaça e dormir de mosquiteiro, não tomar banho à noite no rio. Mas o mosquiteiro abafa, o calor incomoda.

Passam-se muitos meses, dois anos talvez. Os novos moradores estreitam suas relações com o povo, identificam-se com ele. São estimados e estimam sinceramente os que conhecem. Amizade não se consegue da noite para o dia. Vai-se forjando com o tempo. Uma ajuda aqui, outra acolá, o respeito às pessoas, a atenção que se lhes presta na conversa, o interesse pela sua vida, o conselho que se ouve dos que habitam o lugar, o desejo de aprender com a massa — tudo isto vai tecendo os fios invisíveis da amizade. Os lavradores contam suas agruras, seus casos. Uma vizinha costuma dizer que ela só conhece o lado mau da existência. — “Já passei por tudo que se pode imaginar de ruim”. Outros contam histórias fabulosas de entes sobrenaturais. Muitos falam de perseguições e exploração. As mulheres referem-se sempre aos filhos que perderam por falta de assistência. Com o caminhar dos meses, as provas de afeição se robustecem. Os chegantes transformaram-se em gente do lugar, membros de uma comunidade pobre e desprezada. Alguns são mesmo muito queridos: Sônia, Osvaldo,

Zécarlos, Joca, Piauí, Geraldo, João Carlos, Paulo, Dina.

Eles preocupam-se em conhecer a região. Conhecê-la, porém, não é problema tão simples. A mata começa a duas léguas, às vezes uma, da beira do rio. No seu interior há roças e barracos. E muito mais para o fundo, castanhais. O caminho é a *picada*, por onde passa gente e por onde passa o jegue. Estreita e, geralmente, difícil até de encontrar. A selva é quase toda igual. Nela há milhares de grotas, secas ou com pouca água na época em que não chove, transbordantes no período das chuvas. Parecidas umas com as outras. Na região, existem onças, gatos-maracajás, porcão (queixada), caititus, capivaras, antas, veados, pacas, macacos. Aves de diferentes tipos e cores — mutuns, azulonas, araras, gralhas, jacus, corujas. E cobras: a jibóia que passa dos 6 metros; a sucuri que chega aos 10 metros; a surucucu venenosíssima que alcança 2,5 a 3 metros de comprimento; a jararacuçu em alguns brejos e capoeiras; a cipó que se confunde com a vegetação. Escorpiões e aranhas venenosas. Morcegos (vampiros). E uma infinidade de galhos podres nas árvores, pesados, despencando ao sopro mais forte do vento. Nos castanhais, durante a safra, a queda de um ouriço, se atinge uma pessoa, pode aleijá-la ou matá-la. Quem entra na mata está arriscado a perder-se. Mesmo àqueles que a conhecem bastante sucede desorientar-se e custar a encontrar uma saída. A floresta, porém, tem seus segredos e suas leis que podem ser conhecidos e dominados.

Os novos moradores do Araguaia enfrentam essa tarefa. Na Faveira, Zécarlos e Cid são pioneiros. No Gameleira, além de Osváldo que já a

dominava, Flávio, Amauri, Valquíria. No Caiano, Paulo Rodrigues, Pedro, João Carlos. Outros tornam-se mateiros experientes: Joca, Piauí, Beto, Landim, Zezinho, Manuel, Sueli, Dina. Aprendem a orientar-se pela bússola, pelo sol e outras estrelas, por pontos de referência. São capazes de viajar dezenas de léguas, dentro da mata, e chegar precisamente onde desejam.

Eles preocupam-se também com a sobrevivência na selva. Sabem que o índio vive aí há muitos séculos. E que caçadores vão do Araguaia ao Xingu (cerca de 200 quilômetros de floresta) numa proeza que dura meses. Levam apenas farinha, sal, o remédio indispensável e a munição. O resto é fornecido pela mata. Nesta região há baçaú, que dá óleo e excelente palmito; castanha-do-pará que contém proteínas. Não existe muita fruta, mas em certas épocas do ano encontram-se algumas: cajá, assaí, bacaba, caju-de-janeiro, cacau, tatajuba, cupuaçu. Portanto, a vida é possível. Todavia, para sobreviver é preciso caçar, conhecer a manha e o hábito dos bichos, pescar, utilizar tudo o que seja digerível. Isto exige prática. Os novos moradores fazem sua aprendizagem. Ocorrem fatos jocosos. Manuel, recém-chegado, percorre o Gameleirinha quando vê um jacaré em cima de uma pedra, dormitando ao sol. Faz pontaria, atira. O jacaré não se dá por achado. Parece morto. Manuel chega perto e, desconfiado, larga com força o facão sobre o bicho que reage com uma violenta rabanada e cai nágua embolado com o caçador improvisado. O jacaré se mandou, mas Manuel ganhou fama de homem que brigou com jacaré. Zécarlos também fez das suas. Caçava pela primeira vez em companhia de Osvaldo. Este, em

dado momento, pede-lhe que vigie uma toca onde se refugiara um caítitu. Zécarlos ficou firme, de arma nas mãos, olho na toca. Quando menos esperava, o animal disparou, passou entre suas pernas e jogou-o no chão. Dizem que houve quem atirasse em jabuti, inofensivo e de caminhar lento. Talvez seja piada, mas bem pode ter acontecido. Os novatos aprendem que o guariba, quando o tiro não pega de jeito, enrola o rabo num galho e mesmo morto não cai. E que se pode, outrossim, caçar sem usar arma. Nelito, por exemplo, aplica uma invenção local — espécie de cesto de cipó trançado que se coloca no buraco do tatu. Ao sair, ele cai na armadilha. Muitos não sabem que se come cobra. Mas sabem que a teoria do índio é esta: mexeu, comeu. Sim, também se come cobra, como se come onça e até tamanduá. Quanto à sede, e se ela ocorre num lugar onde não existe água? Logo se convencem de que a mata possui inúmeros cipós que contêm água de boa qualidade. Quem os conhece não passa sede. Há cipós venenosos, fáceis porém de distinguir.

Em dois, três anos de vivência na região, os novos moradores haviam aprendido muita coisa. Meio caminho andado para superar dificuldades.

Espíritos voltados para a pesquisa e o conhecimento da realidade, sentem a necessidade de discutir os problemas que afligem o povo. Equacionam soluções, formulam sugestões. Todas esbarram, porém, no muro de pedra do regime político-econômico. O interior é o fim do mundo. Nenhum governo se interessa pelo seu progresso. Ao contrário, procuram mantê-lo no atraso. A terra, como em toda a vasta zona de campo do Brasil, constitui a questão fundamental para a população laboriosa. Mas aqui, com os métodos empregados, um pedaço de chão não resolve ainda o problema do lavrador. Cada dois ou três anos, no máximo, o posseiro tem de ir adiante, derrubar novas áreas para plantar. Porque a terra é pobre e mal lavrada. Nunca viu adubo nem plantio racional. O transporte da produção e sua comercialização encontram tremendos obstáculos. O burro e o jegue são os únicos veículos utilizados. Um animal carrega dois sacos de arroz (o jegue, menos) e deve conduzi-lo a várias léguas de distância. Vinte sacos de arroz demandam dez caminhadas, do burro e de

quem o acompanha. A grande maioria dos plantadores não tem animal, recorre a tropeiros. O comprador do produto é um intermediário que o revende a outro intermediário. Paga cinco cruzeiros o saco. A venda de um saco de arroz, que exigiu tanto trabalho para ser produzido, não dá para comprar meio quilo de café, ou um facão, ou um par de botinas. Boa parte da produção local é constituída pela castanha-do-pará. Mas os castanhais pertencem aos poderosos. O povo pobre participa da produção simplesmente como castanheiro, pessoa que vive na mata durante a safra, colhe os ouriços, quebra-os, lava a castanha e deposita-a em lugares apropriados. Recebe uma insignificância pelo trabalho. A castanha alcança de 60 a 80 cruzeiros o hectolitro em Marabá. Ao castanheiro dão apenas 8 a 10 cruzeiros pelo hectolitro colhido. E a seco, toda a despesa é por sua conta. Os gêneros que adquire no barracão do castanhal custam o triplo do preço corrente nas cidades próximas. Outra atividade é a extração da madeira, sobretudo do mogno. A exploração, realizada por grandes firmas, destina-se à exportação. O madeireiro derruba a árvore a machado. Mil, dois mil golpes por árvore. Ganha igualmente uma insignificância. O pagamento é feito em "bagulhos", isto é, artigos fornecidos aos trabalhadores pela empresa contratante a preços exorbitantes. O povo, aqui, precisa de ajuda de diferentes tipos. E escolas, assistência médica e dentária (é enorme o número de pessoas que sofre de dor de dente). Necessita estradas, animais. Como conseguí-los? De que maneira organizar a produção e a vida comunitária nestas paragens? Os pesquisadores chegam à conclusão de que a solução dos problemas difíceis das



massas pobres do interior reclama a liquidação da prepotência, dos abusos e violências, da grilagem desenfreada, de todo o sistema de opressão e exploração dominante. A conquista da liberdade é meta importante. Porque só a liberdade permite a organização do povo, o debate amplo, a formulação de reivindicações, a criação de associações e sindicatos, o desenvolvimento da coletividade. É essencial para impulsionar a luta e elevar a consciência popular.

Ao mesmo tempo que investigam e estudam, os novos moradores organizam sua vida social e cultural. Tomam iniciativas diversas. Entre outras, o debate de temas de sentido político e de cultura popular. No fim do ano de 1971, os residentes no Gameleira organizam uma festa de confraternização. Reunem-se no castanhal do Ferreira, onde há uma palhoça acolhedora e uma clareira bem espaçosa. Na véspera haviam caçado um veado e dois caititus. Um lauto repasto. Durante o dia, realizam provas esportivas, cantam canções de combate ou músicas de Chico Buarque como "Amanhã Será Outro Dia". Idalício toca violão. À noite, de belo luar, uma surpresa: Tuca e Valquíria, cada uma de seu lado, bolaram um show, uma espécie de teatro de cordel. Um espetáculo inteligente, cheio de verve, de crítica e de sátira aos defeitos da vida coletiva. Osvaldo, imponente e comovedor, recita Gonçalves Dias — "Temeste a morte? / Meu filho não és". Reina entusiasmo e alegria no castanhal. Meia noite de 31 de dezembro, ressoa na floresta um brado forte: Vivam os que combatem pela liberdade em todo o mundo! Dezenas de vozes respondem em coro. Uma salva de vinte tiros de revólver saúda a entrada do novo ano de 1972.

Enquanto isto, a construção da Transamazônica progride do lado do Pará. Como cogumelos depois da chuva, aparecem os grileiros. Grilagem por estas bandas sempre foi fenômeno comum. Mas agora assume características de uma operação gigantesca, apoiada pelo governo que pretende a implantação na área de empreendimentos capitalistas financiados pelos incentivos fiscais.

Chegamos, aqui, aos primórdios da luta.

De repente, desaparece o relativo sossego dos posseiros. Toda a terra, vastas extensões passam a ter donos que nunca antes andaram por estas plagas. Nenhum deles apresenta documento de propriedade. "É minha". E só. Antigos moradores vão sendo enxotados dos lugares em que vivem. Somente na circunvizinhança do igarapé dos Perdidos, na zona do Caiano, 200 famílias são intimadas pela polícia e por pistoleiros a abandonar seus lares. Assim o exige o grileiro Antoninho que possui uma serraria em São Geraldo. No Gameleira, aparece um tal de capitão Olinto que se diz da Aeronáutica. Expulsa os que vivem na margem direita do rio,

sem indenização alguma, e declara que a margem esquerda também está incluída em seu projeto aprovado pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia). João da Enedina teve seu barraco queimado e sua roça destruída.

Estas ações criminosas já se vinham repetindo noutras zonas próximas. A CODEARA, poderosa empresa protegida dos governantes, que domina 196 mil hectares, utilizava bandidos e policiais para desalojar antigos agricultores de Santa Teresinha, na margem esquerda do Araguaia. Em São Domingos do Capim, 600 famílias de lavradores eram expulsas de suas glebas pelos donos da fazenda Paraporã que destruíram roças e casebres. De uma área de 400 mil hectares ocupada por John David, coronel reformado da Força Aérea Norte-americana, na PA-70, município de Paragominas, a polícia retirou violentamente antigos habitantes.

As Forças Armadas dão cobertura à ação dos grileiros. Sentindo que cresce o ódio contra as expulsões arbitrárias, o Estado-Maior do Exército programa uma espetacular manobra militar na região do Araguaia e do Tocantins, coisa jamais vista por lá. Em fins de 1970, ocupa Imperatriz e Marabá. O inimigo hipotético são os subversivos... Durante toda uma semana a região é batida por helicópteros. Tropas paraquedistas descem em vários pontos. E à vista dos residentes de Marabá, os soldados lançam bombas de napalm em barracos previamente construídos para esse fim. Com semelhante manobra, o Exército procura amedrontar os posseiros, dissuadir possíveis resistências. Prepara-se também para atacar.

A inquietação vai tomando conta dos pacatos moradores do sul do Pará. Dezenas de lavradores da

zona do Caiano procuram Paulo Rodrigues para discutir a situação. Querem resistir à intimação do grileiro Antoninho. No Gameleira, muitos buscam contato com Osvaldo para pedir-lhe conselhos. Zécarlos, igualmente, é ouvido. A massa fala em cativeiro, diz que o que está sucedendo se parece com a volta ao cativeiro. Muitos recordam casos que lhes aconteceram em outros lugares. Dona Hilda, rezadeira de fama, que andara por ceca e meca, espalha a profecia do Padre Cícero. Antes de morrer, o Padre teria dito que, nos anos 70, o Araguaia iria pegar fogo e quem não morasse do lado do Pará não mais poderia ali chegar. E aduzira: devia-se plantar coisas que ficassem debaixo do chão para garantir o alimento e resguardá-lo da fúria dos atacantes.

O ambiente torna-se tenso, todos esperam a qualquer momento o emprego da força pelos grileiros, com o apoio do governo. Algumas pessoas ainda pensam que o Exército poderá defendê-las. Outras dizem que a farda só traz desgraças. Os fatalistas afirmam que pobre nasceu p'ra ser enxotado. Há também os que guardam silêncio, um silêncio feito de ódio. Osvaldo mobiliza seus amigos. Outro tanto, Zécarlos e Paulo Rodrigues. São os elementos mais considerados na região. Fazem-se preparativos. Se o inimigo atacar, como proceder? Todos recebem instruções. Intensifica-se o treinamento que se adapta às características da luta na mata. Que é afinal uma emboscada? Uma ação de fustigamento? De contenção? Como se faz uma marcha protegida? E um acampamento sem deixar rastro? Alerta-se que se deve ser duro com o inimigo, mas os feridos e os prisioneiros têm de ser respeitados. Os combatentes do povo se



...um silêncio feito de ódio.

apóiam no povo, nas massas está a sua força. Por isso, é sagrado tudo o que pertence aos moradores. E quem combate, trabalha também para não sobrecarregar a população laboriosa. Participa da produção e ajuda no que puder.

Nos primeiros dias de abril de 1972, fatos estranhos ocorrem em Xambioá, São Geraldo, Faveira, São Domingos das Latas e Araguatins. Uns tipos esquisitos aparecem indagando sobre os moradores que se opõem decididamente à grilagem. Querem saber quem são, onde estão e como chegar até eles. Os lavradores rapidamente dão o alarma. No dia onze, Sônia é chamada para atender uma criança doente numa choupana um pouco distante. Seus companheiros acham melhor que ela não vá. Que os pais tragam a criança. Depois se verificou ser uma cilada preparada pelo Exército. Enganando os donos da choupana, pretendia agarrá-la isoladamente.

No dia 12, chegam as tropas e iniciam o ataque aos habitantes da zona da Faveira e de São Domingos das Latas. Prendem diversas pessoas. Cerca de vinte soldados bem armados, em formação de combate, tomando cautelas, aproximam-se do barraco denominado PEAZÃO no qual residem Zécarlos, Nunes, Piauí, Zezinho armeiro, Sônia e Fátima. Não encontram ninguém porque

todos se internam na mata, incluindo Mário que, no momento, ali se encontrava. Conduzem consigo o que podem.

Dia 14, o Exército ataca o pessoal da área do Caiano e de São Geraldo. Começa pelo local chamado PAU PRETO. Os soldados estão vestidos de roupa azul para despistar. Mas não conseguem prender os que aí vivem. Empregam a violência indiscriminada contra a população. No caminho, encontram Geraldo, do Gameleira. É detido. Amarrado a uma árvore, submetem-no a prolongadas torturas.

Uns dez dias depois, o Exército assalta também os moradores do Gameleira. Osvaldo e seus companheiros já se haviam retirado para a mata.

A operação vai-se ampliando contra as massas da região. Muitas casas são queimadas, paióis de arroz e milho, destruídos. Em certos lugares, até as árvores frutíferas são cortadas. Dezenas de lavradores vão presos.

A soldadesca penetra na floresta, movimentando-se pelas *picadas*, beiras de grotas, estradas, ou emboscando-se nas proximidades de roças. O grosso da tropa fica na Transamazônica, nas cidades de Xambioá, Marabá, Araguatins e nos povoados ribeirinhos. Igualmente nas fazendas e sedes de castanhais. Utiliza aviões, helicópteros e lanchas da Marinha de Guerra.

A repressão se encarna bestialmente. Em Araguatins, uma mulher é presa no mercadinho e surrada no meio da rua. Ela topara uma provocação. Levantara sua voz para dizer que Osvaldo não era nenhum bandido, mas a pessoa mais séria, mais honesta, mais prestativa da região. Baiano, um

caboclo alto e forte, que fazia comércio em barco-motor também é preso em Araguatins. Acusado de ter negociado com os habitantes da Faveira, espancam-no brutalmente, deixam-no amarrado numa árvore no centro da cidade durante dois dias. Na Palestina, localidade próxima de Santa Isabel, o Exército volta-se contra padres e freiras, além dos residentes do povoado. Um padre é esbofeteado por um oficial do Exército. Em seguida, colocado com uma freira num jipe, cada um com uma corda amarrada ao pescoço, bem esticada, e atada ao carro. Com os solavancos, havia o risco de se enforcarem. Padre Roberto e a irmã Maria das Graças são levados para Araguatins e depois para a prisão de Xambioá. Acusam-nos de apoiar os guerrilheiros. O bispo de Marabá, d. Estevam, e frei Gi que o acompanha ficam detidos vários dias na Transamazônica. Nas cidades e vilas de toda a região implanta-se um clima de terror. As estradas que demandam o sul do Pará estão bloqueadas, veículos e passageiros sujeitos a rigorosa revista.

Começa então a organizar-se a resistência armada. Os que tinham escapado para a mata, coordenam-se e criam três destacamentos: o A, sob o comando de Zécarlos; o B, sob o comando de Osvaldo; e o C, sob o comando de Paulo Rodrigues. Organiza-se uma Comissão Militar para articular e orientar a atividade dos destacamentos. À sua frente, é colocado o antigo morador Mário, que primeiro chegara à Faveira, em 25 de dezembro de 1967. Edita-se o Regulamento Militar de constituição das Forças Guerrilheiras do Araguaia, integradas por destacamentos compostos de vários grupos, sendo estes as unidades de base. As relações entre os combatentes são definidas como “democráticas e regidas por alto espírito de camaradagem, solidariedade e respeito mútuo”. Publica-se o Comunicado nº 1. Aí se lê: “Diante do criminoso ataque das forças armadas governamentais, muitos habitantes das zonas de São Domingos das Latas, Brejo Grande, Araguatins, Palestina, Itamirim, Santa Isabel, Santa Cruz e São Geraldo resolveram não se entregar, armar-se com o que puderam e enfrentar corajosamente o arbítrio e a prepotência

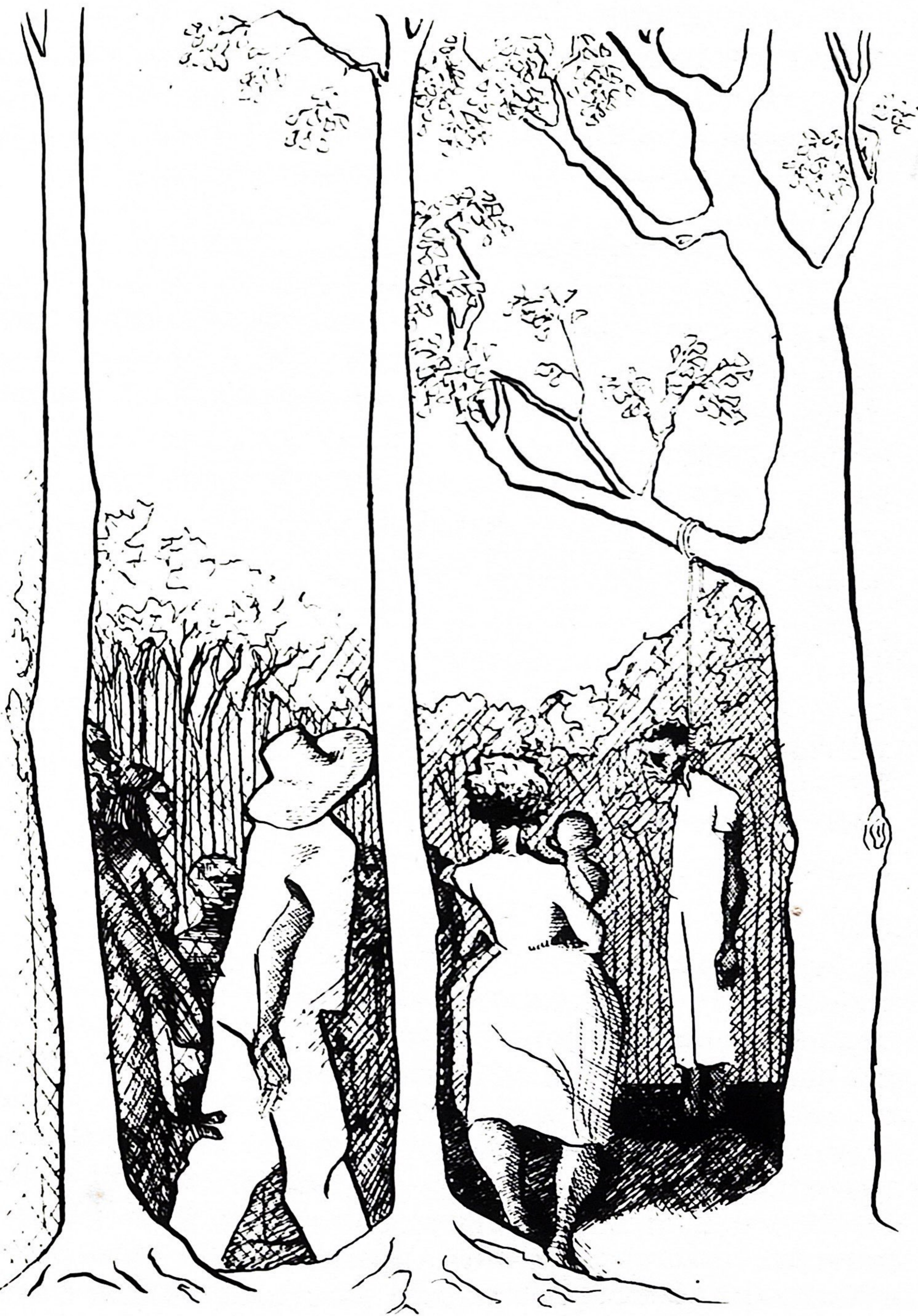
do Exército e da Polícia. Com tal objetivo, internaram-se nas matas do Pará, Goiás e Maranhão para resistir com êxito ao inimigo muito numeroso e melhor armado. A fim de desbaratar as operações militares da ditadura, defender suas vidas e desenvolver sua luta pela posse da terra, a liberdade e uma existência melhor para toda a população, decidiram formar destacamentos armados, criaram as Forças Guerrilheiras do Araguaia". Constitui-se também a União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo que lança um programa intitulado "Em Defesa do Povo Pobre e pelo Progresso do Interior". Nele formulam-se as reivindicações da população local. E se indica o caminho da união, da organização e da luta como o meio para alcançá-las. "A ULDP convoca a todos, homens e mulheres, jovens e velhos para lutar com energia e entusiasmo por este programa de reivindicações mínimas. Chama os habitantes do interior a ingressar em suas fileiras e a levar adiante a revolução popular. É hora de decisão, de acabar para sempre com o abandono em que vive o interior e para pôr fim à vida de padecimentos sem conta de milhões de brasileiros esquecidos, humilhados e explorados". Assim, desde o início, as Forças Guerrilheiras estruturam-se como expressão dos sentimentos e dos interesses das massas, intimamente a elas ligadas.

Os passos iniciais estão dados. A guerrilha — forma antiga de combate dos oprimidos e espoliados, dos que dispõem de poucos recursos, hoje empregada amplamente na Ásia, África e América Latina, vitoriosa em muitas refregas — surge também no Brasil, em áreas de mata, no longínquo sul do Pará. Os combatentes apressam-se para enfrentar o inimigo.

O primeiro choque ocorre com integrantes do Destacamento B. Em fins de abril, Osvaldo e outro companheiro defrontam-se com um grupo do Exército numa *picada* que vai para Santa Cruz. Há rápida troca de tiros. Metralhadoras, de um lado; velhos rifles 44, do outro. Um sargento é morto e um soldado ferido. Os demais fogem. Osvaldo e seu companheiro saem ilesos da contenda.

Em maio, um grupo dirigido por Bergson, do Destacamento C, acampa num lugar chamado Água Bonita, na região do Caiano. No dia seguinte o Exército ataca-o. Trava-se tiroteio e um soldado tomba gravemente ferido. Um dos componentes do grupo é aprisionado, os outros retiram-se em ordem.

Dias depois, cinco guerrilheiros chefiados por Paulo Rodrigues caem numa emboscada. Lutam com denodo e conseguem escapar. Um dos comba-



Seus algozes o assassinaram.

tentes, porém, perde a vida. Bergson é o primeiro a derramar seu sangue, ardente e generoso, pela causa da liberdade. Valentemente, ele dispôs-se a cobrir a retirada dos companheiros. Antes de morrer, atinge um tenente do Corpo de Paraquedistas do Exército.

O Exército prende um lavrador de nome Lourival Paulino. Acusa-o de participar das guerrilhas. Logo depois, ele aparece enforcado. Seus algozes o assassinaram.

Em meados de maio ocorre um choque na mata entre um grupo de paraquedistas, do Rio de Janeiro, e uma patrulha do 2º Batalhão de Infantaria da Selva, de Belém. Após intenso tiroteio, um sargento paraquedista é gravemente ferido. O lavrador que servia de guia forçado aos paraquedistas foi acusado de conivência com os guerrilheiros. Selvagemente espancado, com o rosto desfigurado, segue preso para a base militar em Xambioá

Na primeira quinzena de junho, três elementos do Destacamento C realizam uma ação desafortunada. Haviam pedido a um conhecido, de nome Coioió, que lhes fizesse uma pequena compra em São Geraldo. Três dias depois voltariam para apanhá-la. Uma noite antes do dia marcado, acampam a uns duzentos metros da casa, no mato. Tudo é silêncio. Pela madrugada ouvem barulho de burros chegando. Manhã cedo, aproximam-se tomando precauções. À frente vai Maria Lúcia. Cerca de cinquenta metros da casa recebe um tiro.

Tomba com a arma na mão, em plena juventude. Seus dois companheiros amoitam-se. Dez minutos após, os helicópteros metralham a esmo os arredores da casa. O Exército havia ocupado o lugar.

Em fins de junho, o Destacamento C realiza uma operação contra a sede de um castanhal. Objetivo: conseguir gêneros alimentícios, querosene e pilhas para lanterna. É comandada por Paulo Rodrigues. O Destacamento aproxima-se do local, cerca-o, domina os vigias. O administrador é intimado a entregar as mercadorias necessárias. Uma vez obtidas, os guerrilheiros fazem propaganda revolucionária. Contam com a simpatia de peões e empregados do castanhal.

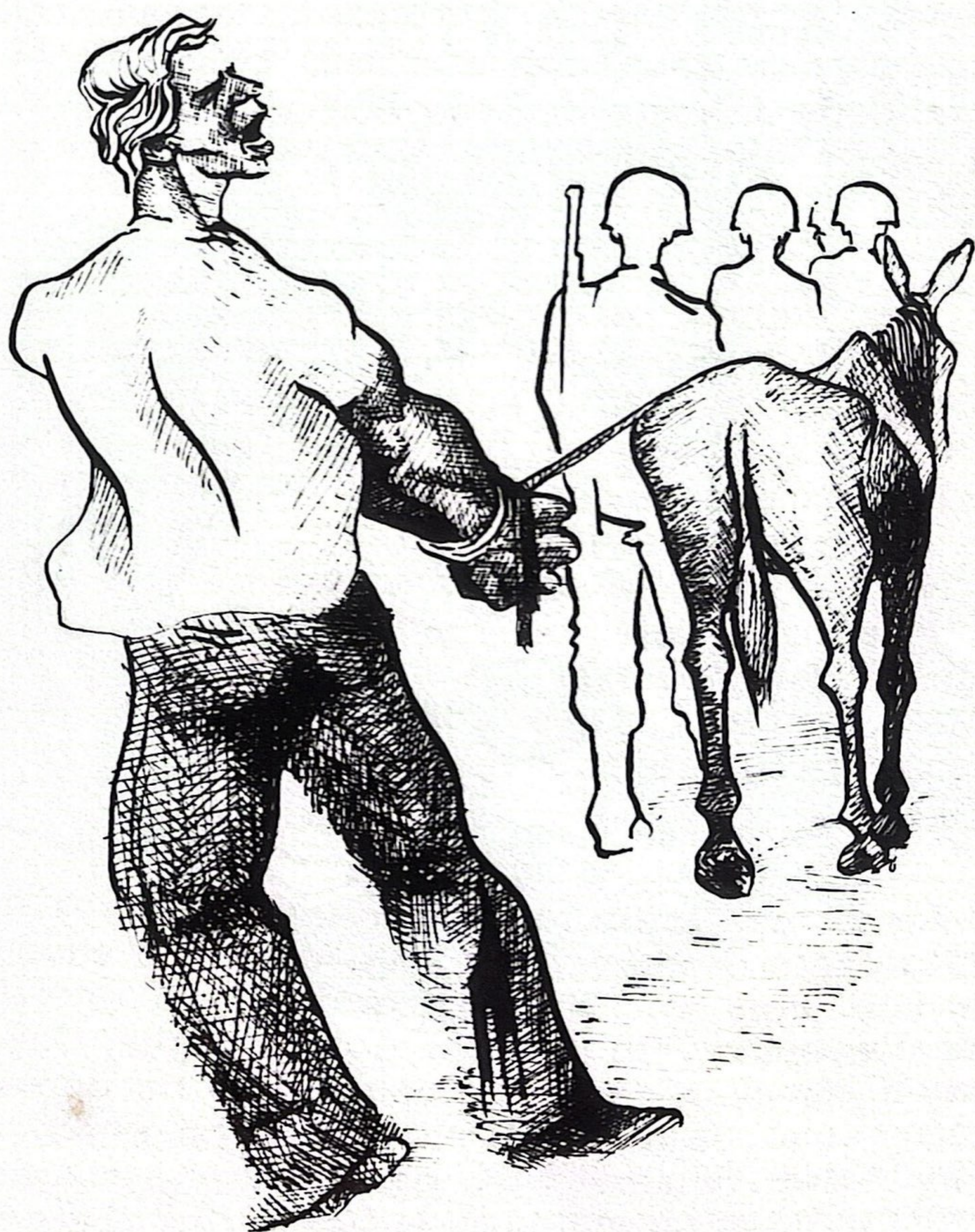
Em princípio de julho, um pequeno grupo do Destacamento C, dirigido por Ari, tiroteia com o inimigo. Morre um soldado. O grupo não sofre baixas.

Também em princípios de julho, o combatente Quelé (Kleber), do Destacamento C, é localizado e preso. Ele não aguentara a caminhada que fazia devido a uma fístula de leishmaniose na perna. Afasta-se da estrada e acomoda-se na mata para descansar e esperar ajuda dos companheiros. O bate-pau Pernambuco, tipo odiado pelas massas, que passava ocasionalmente por ali, ouviu o barulho de gente quebrando ouriço de castanha. Avisa o Exército que não tarda. Quelé tenta defender-se mas é alvejado no ombro e em seguida preso.

Levam-no a um “centro” chamado Abóbora e o torturam de maneira bárbara. Sangrando abundantemente, é amarrado a um burro e arrastado pelos caminhos. Ainda assim levanta sua voz de combatente da liberdade: “Abaixo a Ditadura!” Os fuzileiros navais, covardemente, crivam-no de golpes de baioneta. Morre, assim, heroicamente, sem vacilar na defesa de seus nobres ideais e sem temer a bestialidade fascista de seus algozes, um dos mais corajosos e abnegados filhos do povo brasileiro.

Três elementos do Destacamento C, dirigidos por Mundico (Rosalino), defrontam-se, na mata, com um bate-pau, filho de um tal José Pereira, que vinha acompanhado de outro capanga. Esse indivíduo propalava que o Exército lhe oferecera mil cruzeiros por guerrilheiro morto. Desde então embrenha-se na selva para caçar suas vítimas. Rosalino grita-lhe o célebre “mãos ao alto”. Rapidamente, o bate-pau saca da arma. Recebe, porém, um tiro, estrebucha no chão. Sua morte causa pânico entre os bate-paus de toda a zona.

Ainda em julho, um grupo guerrilheiro do Destacamento B, chefiado por João Carlos, encontra-se com uma patrulha do Exército, próximo da Grota Vermelha. No tiroteio que se segue, João Carlos é atingido por duas balas: uma na perna, outra na coxa. Já ferido, brada aos companheiros: “Fogo nessa canalha!” A patrulha foge. João Carlos interna-se na mata, onde fica vários dias em repouso até recuperar-se.



...sem vacilar na defesa de seus nobres ideais...



Fogo nessa canalha!

Mas Idalício, que se perdera do grupo chefiado por João Carlos quando fazia uma caçada e se abrigara em casa de um morador no “centro” do Peri, é descoberto pelo Exército. Atiram sobre ele. Idalício defende-se. Descarrega o revólver, atirando. Quando tenta recarregá-lo é alvejado e morto.

Termina a primeira campanha contra as Forças Guerrilheiras do Araguaia.

Três meses de luta desigual. Os guerrilheiros não tinham experiência militar, mas revelaram bravura e fibra de revolucionários. O sangue derramado não terá corrido em vão. Seu moral é excelente e mostram-se decididos a prosseguir na resistência armada. Em carta dirigida a uma personalidade do sul do Pará, datada de 20 de julho, assinalam: "Sejam quais forem as vicissitudes que teremos de passar — a fome e o cansaço; os ferimentos; as doenças e a morte; a prisão e a tortura — não arriaremos nossa bandeira. Ninguém poderá abafar as profundas e arraigadas aspirações de liberdade do povo brasileiro, do qual somos legítimos representantes. Onde há opressão sempre há de existir resistência e luta. As causas justas, mais dia, menos dia, triunfam. Hoje, em nosso país, combate-se e morre-se pela liberdade".

Desde o primeiro momento, os guerrilheiros contaram com a simpatia e o apoio caloroso da

população. O Exército não conseguiu seus objetivos. Pensava liquidar os rebeldes numa rápida investida. Fracassou. Retirou-se para as cidades próximas. Foi preparar nova ofensiva.

As Forças Guerrilheiras do Araguaia denunciavam à nação o ataque do Exército aos moradores do sul do Pará e esclarecem os propósitos que as animam. A denúncia consta de uma carta enviada a um deputado federal, datada de junho.

“Compreendemos — diz entre outras coisas a carta — que a luta aqui encetada não tem caráter somente local. É um aspecto da grande luta contra a ditadura em que está interessada a maioria da nação. Não foi unicamente contra nós que os generais investiram. Há muito tempo já, eles declararam guerra a todo o povo brasileiro, submetendo-o a um regime intolerável. Sabemos o quanto é grande o número de pessoas de diferentes condições sociais que passaram pelos cárceres e são condenadas por ‘crime político’. A tortura e o assassinato de patriotas transformaram-se em rotina nos interrogatórios policiais. Vive-se sob o arbítrio do Ato Institucional nº 5 que anula o exercício do mais rudimentar direito do cidadão. Nossa Pátria é, hoje, um vasto acampamento militar, onde não há lei nem respeito pela pessoa humana”. E na parte

final: “Juntamo-nos a todos os que neste imenso e querido Brasil levantam a bandeira da liberdade e pugnam pela derrubada do governo tirânico e antinacional imposto por um golpe militar. Em plena floresta, caçados pela ditadura e enfrentando mil dificuldades, sonhamos com a democracia e a independência da Pátria. Temos fé no futuro radioso do Brasil, livre da opressão, do atraso e da ignorância. Mas sabemos que este futuro só poderá ser alcançado pela união e pela luta de todos os seus filhos”.

Em setembro de 1972, as Forças Armadas da ditadura voltam para a segunda campanha. Empregam efetivos de 12 a 15 mil homens sob o comando dos generais Viana Moog e Antônio Bandeira. Numa reportagem do dia 24 de setembro, o jornal "O ESTADO DE S. PAULO" dá uma relação das unidades em operação no Araguaia. São elas: Batalhão de Guarda Presidencial, 8º Grupo de Artilharia Anti-aérea, Regimento de Cavalaria de Guarda, Polícia do Exército, de Brasília; 10º Batalhão de Caçadores, de Goiânia; 6º Batalhão de Caçadores, de Ipameri; e 36º Batalhão de Infantaria, de Uberlândia. Além destas, há também forças do Comando Militar da Amazônia e da 12ª Região Militar. Afirma a reportagem que, da Aeronáutica, há unidades da 1ª Zona Aérea, de Belém; da 6ª Zona Aérea, de Brasília; e da 3ª Zona Aérea, do Rio de Janeiro. Da Marinha, segundo ainda "O ESTADO", toma parte uma tropa do Grupamento de Fuzileiros Navais, de Brasília. Agora — diziam os generais — seria para valer: as Forças Armadas não admitiriam desafios.

As tropas ocupam estradas, fazendas, sedes de castanhais, roças, a aldeia dos índios Suruí. Abrem algumas *picadas* na mata. Utilizam helicópteros e aviões. Recrutam bate-paus locais aos quais pagam diária de 25 cruzeiros. Distribuem boletins dirigidos aos guerrilheiros, destacando que “era inútil prosseguir no caminho da luta” e insistindo no conselho dos que se julgam todo-poderosos: “Entreguem-se”. Em Xambioá, cavam enorme fosso, cercado de arame farpado, no qual encerram numerosos moradores suspeitos de apoiarem a guerrilha. Repetem-se as prisões em toda a região. Arrancam-se as armas de caça dos lavradores. Para tentar enganar as massas, o Exército realiza, paralelamente, uma Operação ACISO, que se incumbe de dar algum remédio à população, extrair dentes, atender enfermos. O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) comparece também, alardeando demagogicamente a distribuição de títulos de propriedade aos posseiros.

As ações militares começam com o lançamento de várias bombas na mata circunvizinha do povoado de Palestina, onde se encontra o Destacamento B. Destinam-se a amedrontar os combatentes populares.

As Forças Guerrilheiras do Araguaia tinham feito progressos no conhecimento do terreno, na preparação militar, na organização do abastecimento. Estavam muito mais ligadas às massas. Suas armas, no entanto, continuavam precárias. A disparidade de força entre elas e o Exército é enorme. Muito justamente, decidem evitar o contato com o inimigo. Resguardar-se, contribuiria para desmoralizá-lo. Mas têm em mira realizar determinadas operações com o fim de intranquilizar o adversário.

Guerrilheiros do Destacamento B fazem uma ação de fustigamento contra o inimigo na *pícadã* que leva à Santa Cruz. Atiram quando passam os soldados. Matam um, os outros debandam.

Cinco guerrilheiros, sob a direção de João Carlos, ao passar pelo local denominado Franco, recebem abruptamente a ordem de: "Rendam-se". Num instante, Flávio responde à intimação com um tiro que atinge um dos soldados, ferindo-o gravemente. E se retiram, sem baixas.

Esse mesmo grupo, no dia seguinte, tenta arrancar de uma árvore um cartaz afixado pelo Exército. Aparecem soldados. Há troca de tiros, os praças debandam.

No dia 20 de setembro, morre Cazuza, do Destacamento C. Confunde algumas pessoas acampadas na mata com companheiros seus. É metralhado quando delas se aproxima. Cazuza era bom mateiro, bom caçador, bom lavrador, sabia tratar como poucos as doenças da região. Muito querido no norte de Goiás, gozava de larga estima entre os moradores do sul do Pará.

Tombam também o preto Chaves e Vítor num recontro com forças do Exército. Chaves, já idoso, ex-marinheiro, vinha do movimento aliancista de 35; Vítor, bancário, um ano antes tinha sido preso e torturado no Rio de Janeiro. No embate, o geó-



Os companheiros me vingarão.

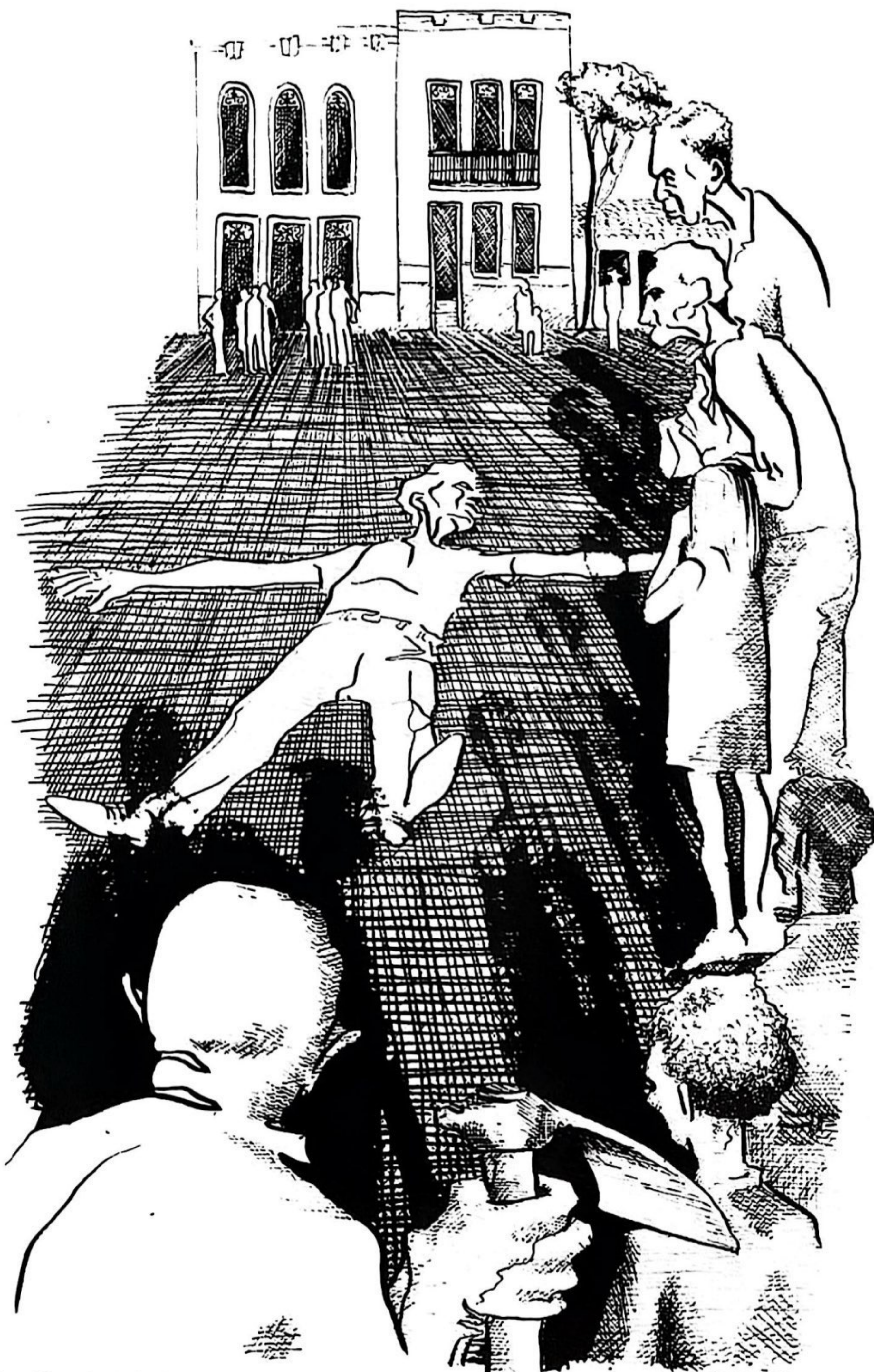
logo Antônio é gravemente ferido. Aprisionado, levam-no para São Geraldo. Ali aplicam-lhe incriveis torturas para obter informações. Mas Antônio porta-se heroicamente. Grita-lhes na cara, repetidas vezes, "Abaixo a Ditadura!" Matam-no.

No dia 29 de setembro, num encontro casual, cai a jovem guerrilheira Elenira. Elenira Resende de Sousa Nazaré. Juntamente com outro companheiro, ela montava guarda, num ponto alto da mata onde havia uma estrada, a fim de assegurar a passagem sem surpresa do Destacamento A que ia deslocar-se de zona. No momento em que tomara posição, vinha chegando a tropa, com dois "batedores" à frente. Seu companheiro os vê primeiro e aciona a arma, que falha. Ele escapa. Elenira não percebe o que está sucedendo. Quando nota, já os soldados se acham diante dela, apontando-lhe a metralhadora. Atira, sem vacilar, com uma espingarda calibre 16, matando um dos atacantes (sargento do Exército). O outro metralha-a, atingindo-lhe as pernas. Assim mesmo ela saca do revólver e fere gravemente o agressor. O lugar em que se encontra vira uma poça de sangue. É presa e torturada selvagememente. Querem que fale. Até morrer, repete somente: "Os companheiros me vingarão". Desde então, o Destacamento A leva o seu nome.

A 30 de setembro, o grupo de João Carlos é atacado de surpresa, próximo à casa de um lavrador na região do Caiano. Ele se dera conta de que havia muitos soldados na área, mas não recua e prossegue na tarefa que se propusera. Corajoso que é, tenta,

assim mesmo, estabelecer contato com um velho conhecido em busca de apoio, o que obtém. Já na retirada, e bem mais distante, ocorre o acidente. João Carlos e Flávio são mortos. Gil, que se abaixara para socorrer o companheiro caído, recebe um tiro no queixo. Amarra o rosto com o lenço e continua combatendo. Vai tombar um quilômetro além. O golpe é duríssimo. Semanas antes, João Carlos escrevera uma carta aos habitantes de Porto Franco e Tocantinópolis, recordando o período que lá vivera e concitando o povo a lutar contra a ditadura e a apoiar a resistência armada do sul do Pará. Cheio de ódio, o Exército envia o corpo de João Carlos para ser exposto ao público, em Tocantinópolis. Pensava, com isto, desencorajar a rebeldia e apagar no povo a lembrança daquele que tinha sido médico e amigo da gente simples do interior. Mas o resultado foi outro. A população de Porto Franco e Tocantinópolis desfilou diante do cadáver, muitas pessoas chorando, expressando todos sua repulsa ao crime cometido pelas Forças Armadas e exaltando a figura do grande e desprezado combatente da causa popular.

Além desses choques com os guerrilheiros, as forças da ditadura sofrem novo revés. Na Belém-Brasília, um transporte do Exército conduzindo tropas para o Araguaia é surpreendido por um caminhão que viajava em sentido contrário, obrigando-o a realizar rápida manobra. O carro rola num despenhadeiro. Há mortos e dezenas de soldados gravemente feridos.



Cheio de ódio, o Exército envia o corpo de João Carlos para ser exposto ao público, em Tocantinópolis.

Durante a campanha, a vida do guerrilheiro não é fácil. Dorme ao relento, dentro da mata, onde a tatuquira persegue sem descanso todos os mortais. Come o que consegue pegar. Sem poder utilizar arma nem cachorro para caçar, poucos animais captura. Quando a farinha escasseia, usa a polpa ralada do babaçu, de difícil digestão. Há dias em que o alimento é bem minguado. Se a tropa anda por perto, precisa redobrar de cautela na apanha de água nas grotas. O banho nem sempre é possível. Em certas ocasiões, quando chove, até acender o fogo constitui tarefa trabalhosa. A situação se agrava se ele está enfermo, sobretudo se enfrenta um acesso de malária. O combatente protege a munição da chuva e cuida que a umidade não estrague a arma. No decorrer do dia, desdobra-se em diferentes trabalhos e mantém a vigilância permanentemente aguçada contra qualquer surtida do inimigo. Não descansa. Faz grandes caminhadas a pé para estabelecer contatos ou buscar informações. Apesar disto, sente-se feliz e cultiva o bom-humor.

Em fins de outubro, o Exército teve, uma vez mais, que se retirar da área guerrilheira. O moral de seus soldados era baixo. Houve casos de alucinação e de desespero entre a tropa. Doze a quinze mil homens bem armados mostraram-se impotentes diante de uma força pequena, mas aguerrida e internada na mata. Embora tivessem desfalcado as fileiras dos combatentes do povo de alguns de seus queridos e bravos integrantes, não conseguiram cercar e aniquilar as Forças Guerrilheiras do Araguaia. Estas puseram em prática o sábio princípio da guerra de guerrilha — quando o inimigo ataca, recua-se. Tampouco abalaram o ânimo combativo dos homens e mulheres que empunhavam armas para resistir à violência dos generais.

Os guerrilheiros tinham-se revelado firmes batalhadores. Cabe ressaltar o papel das mulheres que, ombro a ombro com os homens, portaram-se intrepidamente. Cumpriram sem vacilação as tarefas mais arriscadas, nunca se queixaram ou pediram que fossem poupadas. Difícil dizer qual a melhor ou as melhores. Todas. Sônia, Dina, Val-

quíria, Sueli, Túca, Elenira, Áurea, Mariadina, Lia, Cristina, Rosa. E Maria Lúcia que morreu na primeira campanha. Modelos de dedicação à causa do povo, de altruísmo e espírito de sacrifício, pioneiras e heroínas no combate armado pela liberdade — são dignas representantes da mulher brasileira no movimento revolucionário que cresce. Nessa jornada, expressavam o sentimento de mães, esposas, noivas, irmãs, companheiras de um sem número de torturados e de assassinados nas masmorras policiais. Vingavam, de certo modo, a humilhação a que são submetidas muitas mulheres em interrogatórios bestiais nos antros da repressão. Continuavam a luta pela qual tombaram Zélia Magalhães e Angelina Gonçalves. O povo brasileiro jamais esquecerá o devotamento e a coragem das jovens guerrilheiras.

A luta armada dos moradores do sul do Pará iria prosseguir. E com redobrado entusiasmo.

Face aos acontecimentos do Araguaia nos quais estão envolvidos numerosos contingentes das Forças Armadas, a ditadura mantém completo silêncio. A censura é férrea sobre a imprensa e outros meios de comunicação. Os generais temem que a notícia da resistência heróica possa contagiar de entusiasmo as grandes massas da população. Médici fala em êxitos e mais êxitos no setor econômico, apresentando dados estatísticos manipulados com a finalidade de enganar o povo. Fala também de ordem e tranquilidade. O Brasil — dizia em suas arengas — é um oásis neste mundo conturbado. Graças à “revolução” de 1964...

Entrementes, desencadeia feroz repressão nas cidades, em escala jamais vista, porque aumenta a oposição ao regime, multiplicam-se as manifestações de descontentamento e de repulsa ao jugo militar-fascista. As Forças Armadas, que desde o golpe de 1964 supervisionavam o combate aos opositores consequentes, tratam de centralizar mais as operações repressivas através de um chamado órgão de defesa interna — o CODI, diretamente

subordinado, em cada região, aos comandos do I, II, III e IV Exércitos. Põem em prática um plano de ações tipicamente terroristas contra patriotas e democratas, intensificando a tortura, sempre mais bárbara, que não poupa mulheres nem menores; assassinando centenas de adversários da ditadura; dando sumiço a muitos presos políticos. A justiça castrense nega de saída *habeas-corpus* às vítimas do arbítrio, a imprensa é proibida de publicar fatos relativos a prisões e torturas, os corpos dos assassinados nas masmorras policiais são negados às próprias famílias. Entre os tombados, alvos da sanha terrorista, estão quatro dirigentes do Partido Comunista do Brasil — Carlos Danielli, Lincoln Oest, Luís Guilhardini e Lincoln Roque, ardorosos defensores da resistência armada do Araguaia.



...reservada às poderosas empresas agropecuárias.

Com a retirada das tropas, começa nova etapa. Tanto para os guerrilheiros como para os agressores. Uns e outros aprestam-se para novo recontro. A preparação vai durar quase um ano: até outubro de 1973.

O Exército aumenta seus efetivos na Amazônia. Decide construir mais cinco quartéis, sendo quatro na Transamazônica: Marabá, Altamira, Itaituba e Humaitá. Outro em Imperatriz, no Tocantins. Todos destinados à criação de batalhões de infantaria da selva. Dezenas de *mateiros* são recrutados em regiões de floresta. Sob direção militar, abrem-se estradas dentro da zona guerrilheira que, nessa ocasião, abarca uma área superior a 6 500 quilômetros quadrados. A Transamazônica é praticamente fechada à migração camponesa. Os planos mirabolantes de transferência para a Amazônia de cem mil famílias nordestinas dissipam-se no nascedouro. Essa grande extensão florestal passa a ser reservada às poderosas empresas agropecuárias. Marabá transforma-se em área de segurança nacional, com prefeito indicado pelo governo fede-

ral — um militar. Algo semelhante sucede em Imperatriz. O povo da região é perseguido, sobre ele se exerce permanente vigilância. Os caminhos são vigiados. Como se fossem criminosos comuns, os trabalhadores locais recebem uma carteira especial de identificação. Quem não a possui é detido e interrogado. Em toda a zona, multiplicam-se os agentes secretos da Polícia Federal e das Forças Armadas. Técnicos militares portugueses, especialistas no combate à guerrilha na África, são adidos ao Exército. Oficiais norte-americanos atuam nos comandos.

Também as Forças Guerrilheiras do Araguaia se preparam. Procedem a um balanço de sua atividade desde o começo da luta. Consideram positivo e alentador o resultado até agora obtido. O moral dos combatentes não podia ser melhor. Todos passaram por duras provas e delas saíram engrandecidos. Houve modificações profundas na própria maneira de ser de cada um. Mesmo entre os mais idosos. O sentido da responsabilidade acentuou-se. Agora existia uma dívida de sangue a ser resgatada e um nobre ideal a ser concretizado. Compreendem seu papel e o que deles se espera. É possível — afirmavam alguns — que muitos de nós tombemos na luta. Quem sabe, todos nós? Mas já não somos apenas os que aqui se encontram de arma nas mãos. Somos milhões de brasileiros oprimidos e sem direitos, vivendo sob uma ditadura fascista. O caminho que desbravamos é válido e tem futuro. A idéia que defendemos pertence ao povo, jamais morrerá. Um dia haverá liberdade neste país, terra para os lavradores, escolas para todas as crianças, recompensa aos que trabalham e constroem o progresso da nação.



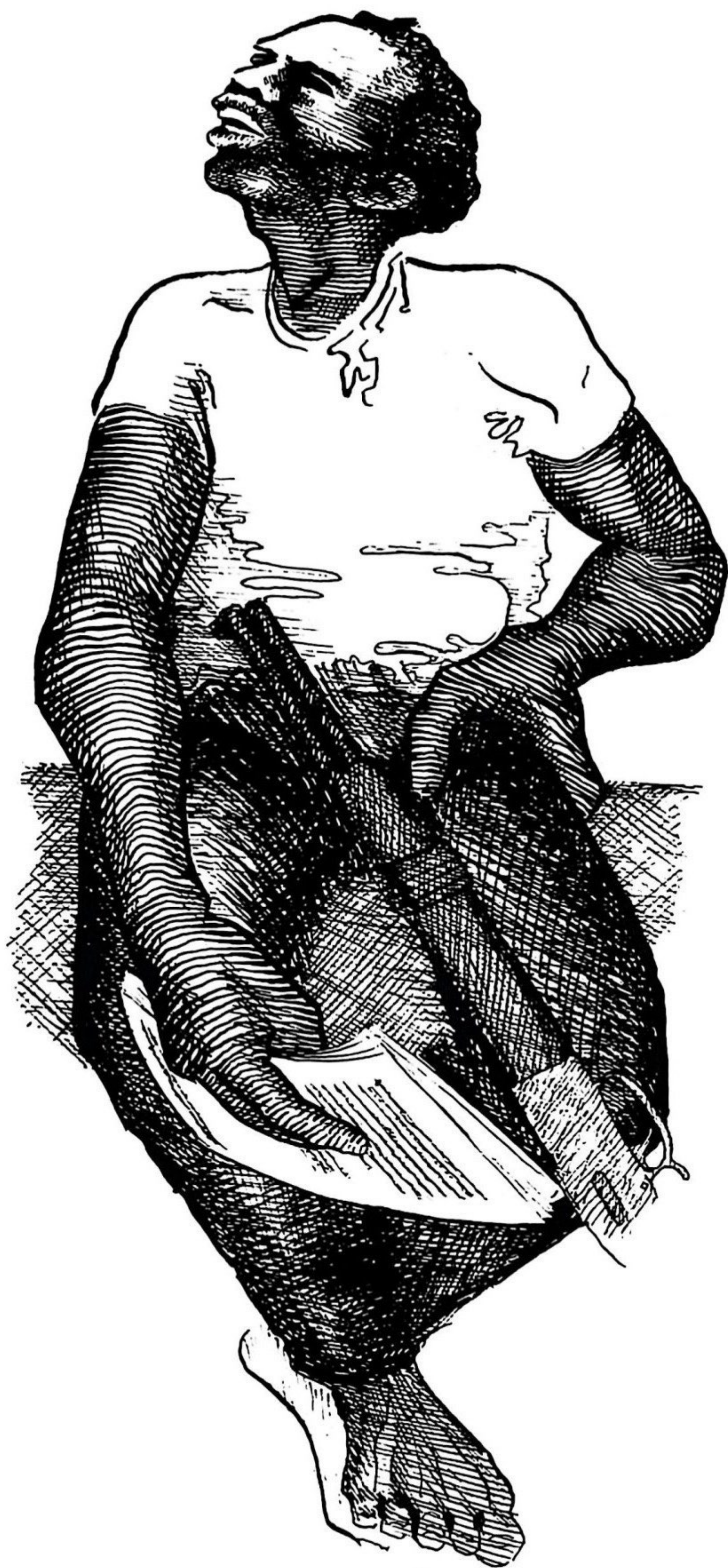
Explicam as causas do sofrimento da gente pobre...

O comando das Forças Guerrilheiras toma uma série de medidas. Elabora diversas normas de atuação: sobre segurança no trabalho de massas; acampamentos; recrutamento para a guerrilha; marchas. E isto tem importância. É preciso visitar milhares de famílias camponesas, debater os problemas e fazer propaganda revolucionária armada. Tais visitas demandam precauções. Os acampamentos devem ser secretos e sempre que forem abandonados, é indispensável camuflar o lugar para não deixar pistas. A mochila de cada combatente tem de estar arrumada, as armas sempre à mão. Os novos recrutados devem ser bem conhecidos e sobre eles convém consultar as massas. Impõe-se aperfeiçoar o treinamento, preparar refúgios seguros, conhecer ainda melhor o terreno, organizar depósitos camuflados, realizar trabalho produtivo, editar materiais de propaganda. E estender os núcleos da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo a fim de estreitar mais e mais os vínculos com as massas. Mário, da Comissão Militar, lúcido e respeitado dirigente do movimento guerrilheiro, repete constantemente: "Isto aqui é uma centelha, uma chama brilhante que se acendeu na região do Araguaia. Não tem nada a ver com o foco fidelista. Neste, os combatentes pretendem por seus feitos arrastar atrás de si as massas passivas. Nós pensamos diferente. Acreditamos no povo, somos povo e achamos que só tem futuro a luta de sólida base popular. Tudo quanto fazemos destina-se a elevar a consciência dos homens simples. O principal, agora, não é travar combates com o Exército, ainda que isto tenha de ser feito, mas pôr de pé as massas da região para defenderem seus direitos e chegarem a

compreender em profundidade a necessidade da guerra popular”.

Os guerrilheiros voltam-se mais ainda de corpo e alma para as massas. Ajudam no trabalho das roças, suam nas derrubadas, nos broques, nas plantações, nas colheitas. Ensinam os analfabetos a ler. Explicam as causas do sofrimento da gente pobre e da miséria reinante. Num breve prazo, mais de 90% da população da área apóia com entusiasmo a resistência armada e se liga estreitamente aos destacamentos de combate. As massas fornecem-lhes comida, roupa, calçado, rede de dormir. Às vezes, a contribuição popular chega a ser comovente. O lavrador que nada possui faz questão de entregar a bofina de uso, a única rede, o alimento de que necessita. Faz questão. Alegra-se com isto. É a maneira que encontra de solidarizar-se com os que empunham as armas. E de irmanar-se nas dificuldades. Há camponeses que se orgulham de dizer que seu barraco é sede da guerrilha. O povo aprende rapidamente o ROMANCE DA LIBERTAÇÃO, uma história contada em literatura de cordel sobre a vida da região. Bastante educativa. Contém mais de 60 estrofes de 7 versos que começam assim:

*Senhores, peço licença
Me ouçam com atenção
Vou falar sobre o Brasil
Da atual situação
Do camponês cá do Norte
Que sendo valente e forte
Ainda passa aflição.*



A cada dia, desvenda o mundo novo...

¶ mais adiante:

*Garimpeiro, seringueiro
Madeireiro, lavrador
Seja qual a profissão
É um povo sofredor
O vaqueiro nem se fala
O barqueiro esse não cala
Vão lutar pra ter valor*

Decorou também outro folheto, no mesmo estilo, da autoria de Beto — A VIDA DE UM LAVRADOR. Nas sessões de terecô (candomblé) os presentes entoam cantorias de elogio à guerrilha. Aumenta o número de núcleos da ULDP. As massas manifestam imenso interesse em aprender e em compreender a nova situação. E aprendem, e compreendem. Em meados de 1973, um morador de Marabá, homem de certa cultura, que conhece muito bem os habitantes da zona, mostra-se surpreendido em visita que faz à região. Ele afirma: "Esse povo se transformou. Num ano, avançou meio século". E não se enganara. As Forças Guerrilheiras do Araguaia tinham construído uma incipiente base política de massas.

A guerrilha reforça-se com a adesão de novos elementos, filhos do lugar. Um deles se destaca como grande conquista: Alfredo. Desde o seu ingresso, coloca sua roça à disposição dos combatentes e se entrega totalmente à causa que ele encarna como ninguém. Conhece minuciosamente a região, exerceu todas as profissões conhecidas aqui. É homem inteligente e habilidoso. Analfabeto, em poucos meses aprende a ler e chama os outros lavradores a seguir o seu exemplo. A cada

dia, desvenda o mundo novo que a luta guerrilheira descortina. Alegra-se e se esforça para ver ainda melhor os horizontes do futuro. Muitos moradores dispõem-se a ingressar nos destacamentos, logo o que o Exército retorne. Outros, sem pretender neles entrar, vão realizando diferentes ações guerrilheiras. Todos, de uma ou outra forma, já participam da luta. Exercem constante vigilância e controlam a atividade da reação na área. Avisam os combatentes da presença de espiões ou agentes do inimigo.

A resistência armada firma-se, alcança êxitos consideráveis.

Três importantes ações têm lugar, mostrando o amadurecimento da guerrilha.

Em março de 1973, o Destacamento B realiza uma operação contra um odiado pistoleiro que responde pela alcunha de Pedro Mineiro. Estava a serviço da CAPINGO, empresa-arapuca de grileiros, conhecida em toda a região por uma série de crimes praticados contra lavradores e peões contratados para derruba, limpeza, plantio, etc. Mineiro era também bastante conhecido, tinha nas costas dezenas de mortes. Expulsou de seus lares, em diferentes épocas, muitas famílias de posseiros, abrindo caminho para a ocupação de suas glebas por intrusos poderosos. Sempre esteve ligado à polícia. Agora, contava com a proteção do Exército. Numa ação bem coordenada, sob o comando de Osvaldo, o Destacamento aproxima-se cautelosamente de sua morada, cerca-a e detém o bandido. Pedro Mineiro, antes tão arrogante, transforma-se num molambo, sentindo que chegara a hora do ajuste de

contas. Faz-se um julgamento sumário e ali mesmo o criminoso é fuzilado. Outras pessoas que se encontravam na casa foram mandadas embora. No local apreendem-se armas e munições, roupas, comestíveis e remédios. Em poder de Pedro Mineiro são encontrados mapas aerofotogramétricos da área do Gameleira, vários títulos de posse ilegal de terras e cartas de militares recomendando-o a outros militares. A execução desse pistoleiro alcança enorme ressonância em toda a região, é saudada pelas massas como um grande ato de justiça do povo, justiça que demora mas acaba chegando.

Em agosto de 1973, o Destacamento C realiza uma operação contra a fazenda e casa comercial do paulista Nemer Kouri. Os guerrilheiros respeitam, em geral, os bens dos comerciantes e a propriedade privada, mesmo de fazendeiros. A luta exige uma ampla frente-única. Mas Nemer, além de grileiro e explorador da massa camponesa, tinha posto sua fazenda à disposição do Exército e ajudara, no início do ataque à zona, a prisão de Geraldo. Aposara-se indevidamente de um burro pertencente aos elementos perseguidos. A operação é feita à noite, sob a direção de Pedro que, na ocasião, comandava o Destacamento. Na fazenda há treze peões que ali trabalham e, de certo modo, fazem a segurança. A casa é cercada e invadida pelos guerrilheiros. Nemer recebe a ordem de prisão no momento em que havia tirado a roupa para dormir. Sua mulher assusta-se mas recobra a calma. Ele no entanto não consegue ficar de pé. Treme como vara verde. Trata de desculpar-se e de pedir perdão. Enquanto isto, lá

fora, guerrilheiros explicam aos peões reunidos o motivo da ação e os objetivos da luta. Nada se faz contra eles. Alguns manifestam sua aprovação à conduta do Destacamento. Ao final da operação, apreendem-se alimentos, remédios, roupas e revólveres. Nemer é posto em liberdade e advertido: se continuasse a ajudar os inimigos do povo, da próxima vez seria fuzilado. Também esta ação mereceu amplo apoio da população local. Muitas eram as queixas contra Nemer Kouri.

Na segunda quinzena de setembro de 1973, o Destacamento A, agora Elenira Resende, realiza uma operação contra um Posto da Polícia Militar em plena Transamazônica, no entroncamento para São Domingos das Latas. Esse Posto incumbe-se da fiscalização e controle da estrada, da revista dos veículos e passageiros que por ali transitam. Os soldados são muito mal vistos pela população. Atrabiliários, cometem violências e extorsões. O assalto é comandado por Zécarlos, secundado por Nunes e Alfredo, e com a participação de mais sete guerrilheiros. Na véspera, durante a noite, o grupo acampa na mata próxima do local visado. Manhã cedinho, cerca o Posto e intima os soldados a render-se. Estes, trancados lá dentro, mantêm-se quietos como jabuti atacado por jacamim. Incendeia-se o telhado para obrigá-los a sair. Eles saem com as mãos para o alto. O comandante interroga-os. Faz-lhes a advertência de que seriam justificados se continuassem a perseguir os moradores. Depois, são liberados e expulsos do local. Vestidos apenas de calção, desmoralizados, põem-se a correr

estrada a fora. Nesta ação o Destacamento Elenira Resende apreende 6 fuzis, 1 revólver, munições e roupas. O ataque ao Posto é louvado pelas massas.

Apesar da repressão brutal, também nas cidades desenvolvem-se diferentes formas de luta. Surgem greves operárias desmascarando a exploração e o "arrocho" nos salários. Os trabalhadores de alguns setores industriais conseguem "abono" por adiantamento de futuros aumentos salariais. Estudantes protestam pelo pagamento do ensino, sempre mais caro e ruim, pela proibição de suas atividades organizativas e culturais, opondo-se ao decreto fascista 477. Repercute entre eles a mensagem enviada por Elenira: "Empunhem firmemente a bandeira da liberdade, não dêem tréguas à ditadura". O movimento contra a censura à imprensa, ao rádio e à televisão alarga-se constantemente. Artistas e compositores de música popular encontram maneiras diversas de combater as pesadas restrições impostas ao seu trabalho criador. Em alguns lugares fundam-se Comitês de Solidariedade aos moradores do Araguaia.

No interior, aumentam os atritos entre a reação e os camponeses. Na localidade de Pontes e Lacerda, em Mato Grosso, centenas de posseiros

organizam uma resistência contra a ação de grileiros que ameaçam despejá-los. Levantam obstáculos nas estradas e pontes, dispõem-se a enfrentar a polícia. Em São Félix e Santa Teresinha, às margens do Araguaia, o Exército comete toda sorte de arbitrariedades, protegendo a CODEARA e outras empresas semelhantes. Defronta-se com a repulsa geral. Dezenas de lavradores embrenham-se nas matas dispostos a resistir. O bispo e os padres, assim como comerciantes e professores primários, condenam as violências e são insultados e espancados. No Maranhão, em Pau Ferrado, os lavradores tratam de defender suas terras de investidas dos fazendeiros da CIGRA. Recebem os pistoleiros e a polícia a bala, ferem vários dos atacantes, obrigando-os a retirar-se. Na rodovia PA-70, a caminho de Marabá, 40 posseiros lutam contra os irmãos Gomes Pereira, conhecidos grileiros, que procuram apossar-se de 50 mil alqueires de terra, expulsando antigos moradores. No Oeste do Paraná há choques armados entre posseiros e policiais. Os índios, em toda a Amazônia, denunciam com vigor a invasão de suas reservas por fazendeiros e grupos capitalistas, falam em recorrer às suas armas primitivas para conter os intrusos. Todos estes fatos mostram que a resistência armada do sul do Pará não é um fato isolado. Traduz um sentimento generalizado.

A luta no Araguaia repercute no exterior. Em vários países, organizam-se movimentos de solidariedade, particularmente no Chile, Argentina, Colômbia, França, Bélgica, Itália. A Albânia difunde amplamente notícias da resistência e manifesta sua grande simpatia pela causa popular. Os comuni-

cados, entrevistas, cartas dos guerrilheiros são traduzidos em diferentes idiomas, levando a outros povos a mensagem de rebeldia dos bravos lutadores do sul do Pará.

Mas a calma aparente que reinara na zona da guerrilha desde o fim do ano de 1972 vai terminar. A 7 de outubro de 1973, inicia-se a terceira campanha. Furiosa e bandidesca. Calcula-se de 5 a 6 mil os efetivos empregados. O Exército ocupa diversas localidades e planta-se em vários pontos da mata, em forma de arco, como que tentando cortar possível retirada dos guerrilheiros. Traz não somente recrutas, mas tropas especializadas e bem treinadas em luta na selva, grande número de *mateiros* e rastreadores. Dentro da zona, estabelece bases de apoio nas fazendas, roças e sedes de castanhais. Suas patrulhas de penetração na floresta portam metralhadoras leves e fuzis FAL. Dispõe de meios rápidos de comunicação. Aviões e helicópteros participam da operação.

A primeira parte da ofensiva, o Exército dirige contra a população local. Muitos homens, e também mulheres, são presos. Mais de mil pessoas, incluindo pequenos comerciantes, religiosos e até mesmo fazendeiros. Nas roças ficam apenas as mulheres e as crianças. A violência é impiedosa e sem



A violência é impiedosa...

limites. Onde a tropa não encontra moradores, os barracos são incendiados, os paióis de arroz e milho, destruídos. Os lavradores sofrem incriveis crueldades. Alguns enlouquecem, como Frederico, outros são assassinados. O Exército considera a população da área, em seu conjunto, como guerrilheira ou amiga dos guerrilheiros. Implanta, por isso, o terror. Nem os menores escapam. Crianças são ameaçadas e castigadas. Os soldados vieram para esmagar a resistência popular que vai crescendo, consolidando-se, repercutindo em vasta região. Não se detêm ante nenhum princípio moral. O chefe supremo dos bandoleiros fardados, Garrastazu Médici, não quer deixar o governo sem antes haver extinguido a chama luminosa do Araguaia.

Grave ameaça pesa sobre as Forças Guerrilheiras. Elas tinham-se fortalecido, tornaram-se unha e carne com as massas. Estão sem dúvida melhor apetrechadas, embora suas armas sejam antigas e pouco eficientes. Mas o inimigo também se aparelhou e conta com abundantes recursos. A desigualdade em armamentos e efetivos não tem paralelo. Os guerrilheiros estão mal calçados, faltam-lhes roupas sobressalentes, plásticos para abrigar-se da chuva. Somente no moral e no apoio das massas são infinitamente superiores. Além do mais, a repressão brutal contra os lavradores irá dificultar a ação guerrilheira. Os combatentes, porém, não se deixam abalar, mantêm-se firmes e serenos. Distribuem suas forças a fim de defender-se da ofensiva inimiga. Sabem que é vantajoso evitar o contato com a tropa, ainda que devam fustigá-la e desmoralizá-la.

Os choques não tardam. Muitas patrulhas do Exército penetram na mata. Os guerrilheiros deslocam-se para setores previamente estabelecidos. E fazem algumas ações.

Nelito e seu grupo, com a participação de vários moradores, preparam uma emboscada contra as tropas. Depois dirigem-se para a Transamazônica procurando destruir uma ponte.

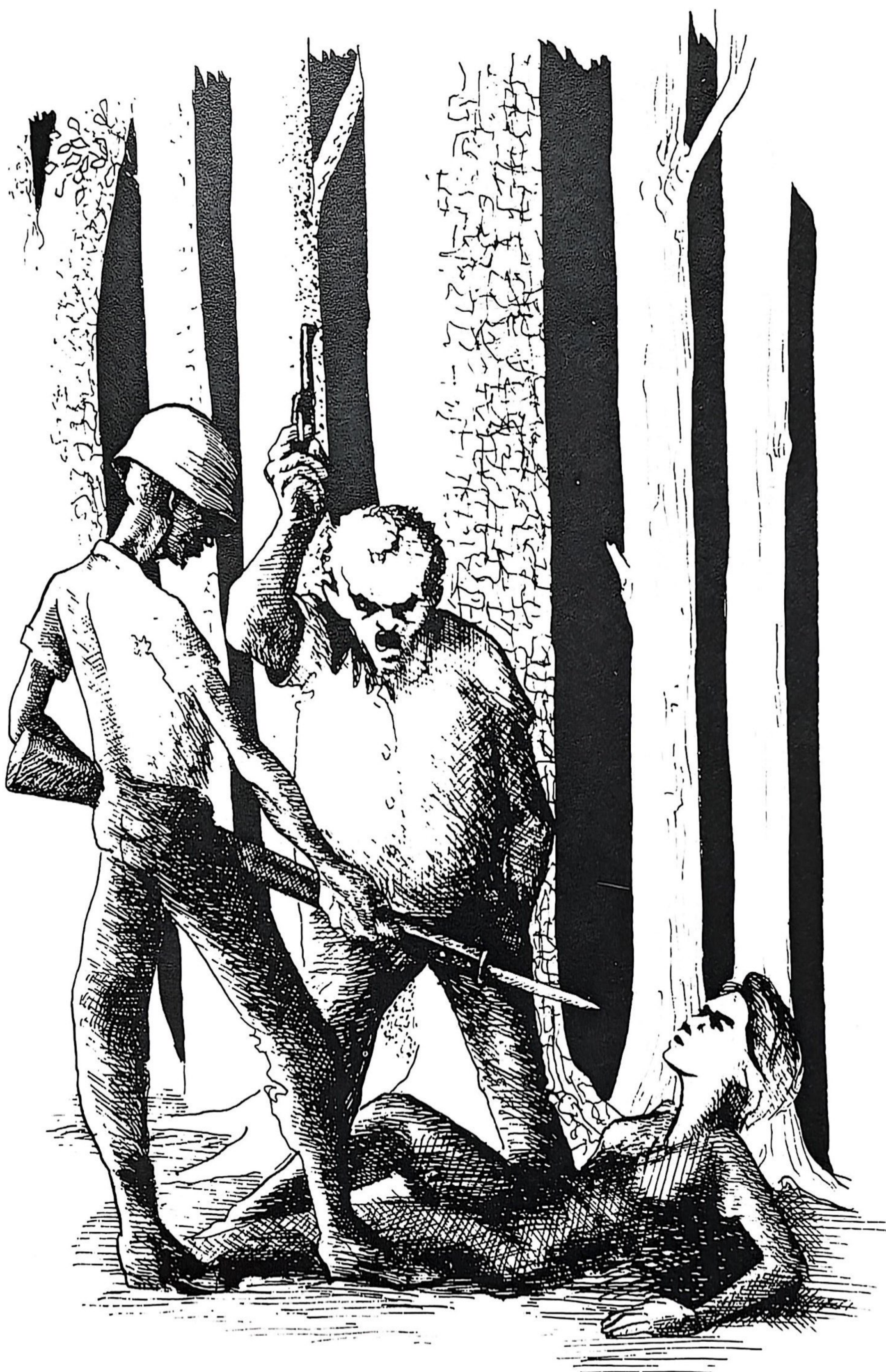
Um grupo de três guerrilheiros, dirigido por Ari, realiza uma operação de fustigamento nas proximidades do Franco. Ataca corajosamente a tropa. Há intenso tiroteio, e pânico entre os soldados. Retira-se sem sofrer baixas.

Dia 14 de outubro, Zécarlos, Alfredo, Nunes e Zebão morrem num encontro com o inimigo. Alfredo insistira para que o grupo fosse a uma roça

apanhar dois porcos por ele criados a fim de aumentar as reservas alimentícias do Destacamento. Zécarlos considera a operação perigosa, dizendo: "não vamos agora morrer pela boca". Sabe que o Exército, desde o dia 7, tinha ocupado a roça de Alfredo e seguramente estaria emboscado nas imediações. Afinal, cede. Pegam os porcos, matam e tiram-lhes o couro. Quando vão retirar-se são metralhados.

24 de outubro, o Destacamento Elenira Resende, comandado por Piauí, sofre ainda outra baixa. Sônia é assassinada pelo Exército. Ela deixara o acampamento, à margem do rio Fortaleza, em companhia de um jovem do lugar, a fim de ir ao encontro de dois companheiros que chegariam a um ponto combinado às 5 horas da tarde. O comando lhe recomenda não seguir o caminho muito pisado. Mas ela não vê motivo para receio. Segue nesse rumo. Adiante, tira as botinas e deixa-as na *picada*. Vai a um córrego, lava os pés e o rosto. Quando volta não vê as botinas. Pensa tratar-se de uma brincadeira. Chama baixinho pelo nome de um conhecido. Recebe uma descarga e cai ferida. A patrulha do Exército agarra-a violentamente e quer saber o seu nome. Ela responde, altiva: "Sou uma guerrilheira que luta pela liberdade". O militar retruca: "Tu queres liberdade? Então toma..." Desfecha-lhe mais tiros.

Dia 21 de novembro, três guerrilheiros do Destacamento C fustigam pequena tropa que passava por uma estrada na zona de São Geraldo.



Sou uma guerrilheira que luta pela liberdade.

Matam um soldado, os outros debandam em completa desordem.

A 24 de novembro, Ari, bravo combatente do Destacamento C, é atingido por uma bala, próximo de uma gruta. Seu corpo é achado pelos companheiros sem a cabeça. A soldadesca tinha-a decepado, talvez com vida, pois o tiro podia tê-lo apenas ferido.

Uns dias antes, em 15 de novembro, três guerrilheiros são atacados por uma patrulha quando apagavam rastros. Tiroteiam e escapam.

É dia de Natal, 25 de dezembro de 1973.

Um agrupamento guerrilheiro de uns 20 elementos aproxima-se da área do Destacamento Elenira Resende, por dentro da mata. Dele participam, entre outros, Mário e Joca que, seis anos atrás, nesse mesmo dia, desembarcavam no sítio Faveira. Dina e Luís ardem de febre, com forte acesso de malária. O agrupamento acampa uma légua antes do local do encontro com esse destacamento. Sobrevoam aviões e helicópteros. São 11 e meia da manhã. Ouve-se ligeiro estalido. Em seguida, numerosa patrulha do Exército abre fogo contra os guerrilheiros. Estes respondem audazmente ao ataque. Trava-se intenso tiroteio, ocorrem baixas de lado a lado. Momentos após, descem helicópteros para apanhar mortos e feridos.

O inimigo continua investindo. Multiplica o número de patrulhas que penetram na mata. Algumas vezes segue um rastro falso e nada consegue; outras, choca-se com contingentes de sua própria força. No lugarejo Brejo Grande, uma tropa do Exército é emboscada por soldados da Polícia Militar, pensando tratar-se de guerrilheiros. Tiroteiam, e quando verificam o engano, há mortos e feridos. Na área do Gameleira, também se desentendem forças do Exército, resultando várias baixas. Noutra ocasião, por equívoco, um oficial é atingido mortalmente por seus próprios companheiros quando tomava banho numa gruta. Muitos acidentes na floresta causam perdas às hostes governistas.

As Forças Guerrilheiras do Araguaia decidem dispersar mais seus elementos e subdividi-los em grupos menores. As dificuldades são grandes. Mas não existe entre os combatentes nem sombra de desânimo. “Quaisquer que sejam as vicissitudes, não arriaremos nossa bandeira” — continua sendo o seu lema. A causa que defendem é justa, mostram-se dispostos a ir até o fim. Se a morte chegar, outros, muitos brasileiros amantes da liberdade ocuparão o lugar dos que tombarem. Mais cedo ou mais tarde.

Espalham-se por recônditos caminhos, saem do cerco, alcançam novos e distantes trechos da selva. São destemidos.

Aqui termina uma fase da heróica jornada do Araguaia. São acontecimentos ainda recentes e a censura castrense oculta-os à maioria dos brasileiros. Mesmo assim, a resistência guerrilheira do sul do Pará já possui um lugar de honra reservado na história de nosso povo. Seus bravos protagonistas assinalam o verdadeiro caminho a seguir, o caminho da luta armada, único capaz de destruir até os alicerces o domínio da reação e do imperialismo, de assegurar a construção de uma nova vida.

As Forças Armadas da contra-revolução, acostumadas a espancar manifestantes indefesos nas cidades e a torturar covardemente os patriotas que caem em suas unhas, tiveram no Araguaia a antevisão de seu fim. As massas populares, os explorados e oprimidos, enriqueceram seu patrimônio de luta com valiosas experiências. Numa vasta região da Amazônia legal, compreendendo boa parte do Pará, Mato Grosso, Goiás e Maranhão, o movimento camponês passou a apresentar características novas, mais radicais, recorrendo a ações armadas inspiradas na guerrilha. Em todo o país,

incontáveis brasileiros sequiosos de liberdade, de diferentes setores sociais e concepções políticas, puderam atestar na prática a viabilidade da luta armada contra o regime fascista. O eco dos tiros dos combatentes da selva ressoou até no interior dos cárceres da ditadura, de onde levantou-se a voz intrépida de um velho militante comunista, proclamando: "O sul do Pará é o Norte dos brasileiros!"

É que o exemplo do Araguaia caiu em terreno fértil. O avassalamento neocolonialista do país, a expansão do latifúndio e o arbítrio militar-fascista se acentuam. Em contrapartida, cresce no seio do povo o anseio por liberdade, independência, terra, cultura, justiça e progresso social. A idéia da revolução amadurece na consciência das grandes massas. Cada vez é maior o número de brasileiros que sente, como exigência imperiosa, a necessidade de recorrer à guerra popular. Mais dia, menos dia, muitos novos Araguaias hão de surgir, na vastidão do interior do país. Enfrentarão todas as dificuldades, superarão todos os obstáculos, suportarão sem medo todos os sacrifícios, como ensinam os combatentes do sul do Pará. Avançando pelo caminho que começou a ser desbravado em 12 de abril de 1972, terminarão por vencer a força bruta dos fascistas e converterão em realidade os mais nobres sonhos de nosso povo.

Por isso, os guerrilheiros do Araguaia conquistam a cada dia o respeito e a admiração das grandes massas populares. Filhos queridos do povo, patriotas da melhor estirpe, eles ousam desafiar as dificuldades, os reveses e os sacrifícios com o pensamento voltado para o Brasil livre do despotismo. Viverão no coração de todos os que amam a liberdade e odeiam a opressão. Seus nomes permane-

cerão eternamente gravados no monumento de coragem e dignidade que erigiram com seu devotamento à causa do povo, com seu sangue e suas vidas.

Aprendamos de suas experiências magníficas, de seu indomável espírito revolucionário!

Conduzamos até a vitória final sua nobre bandeira, a bandeira de todos os brasileiros espoliados e oprimidos!



...não arriaremos nossa bandeira.

GLORIOSA JORNADA DE LUTA

(Documento de análise e balanço da luta guerrilheira do Araguaia, publicado em A CLASSE OPERÁRIA, órgão central do Partido Comunista do Brasil, nº 109, de setembro de 1976)

A resistência armada do Araguaia é um acontecimento de destacada importância na vida do país. Ainda mal divulgada e pouco conhecida das amplas massas, devido em boa parte à férrea censura e aos manejos da ditadura que tudo fez para ocultá-la, representa um marco no processo de luta pela libertação do povo brasileiro. Seu significado político e os ensinamentos que encerra precisam ser salientados e difundidos. Eles ajudam a iluminar o caminho da guerra popular, único meio de livrar a nação da espoliação estrangeira e do domínio das forças reacionárias.

O Partido Comunista do Brasil, defensor intímorato dos interesses das grandes massas, pregoeiro da luta de libertação nacional e da autêntica democracia, participou ativamente dessa gloriosa jornada, plena de dedicação e de sacrifícios em prol dos direitos do povo.

Habitada fundamentalmente por camponeses pobres que para lá se dirigiram a procura de terras devolutas onde pudessem plantar e retirar o indispensável à sua subsistência, a região do Araguaia pode ser considerada zona de posseiros.

A partir de 1970, intensificou-se aí a grilagem. Falsos proprietários, mancomunados com a polícia e utilizando pistoleiros, começaram a expulsar antigos moradores de suas glebas. A SUDAM respaldava a ação predatória dos grileiros, aprovando projetos mirabolantes sem considerar a origem da propriedade neles indicada. Muitas centenas de famílias camponesas foram desalojadas a força dos municípios de Luciara e Conceição do Araguaia. Próximo de Xambioá, em São Geraldo, o grileiro de nome Antonino exigiu a retirada de duzentas famílias de área que dizia ser sua. Às margens do Gameleira, rio que desagua na altura da cachoeira de Santa Isabel, um capitão reformado da Aeronáutica tratava de incorporar à CAPINGO as zonas adjacentes, sem quaisquer indenizações aos que lá viviam. Na ilha de São Vicente, defronte de Araguatins, duas centenas de lavradores recebiam intimação para deixar o lugar. Mais além, em São Domingos do Capim, seiscentas famílias eram atiradas ao desabrigo pelos fazendeiros da "Paraporã". O descontentamento crescia entre os homens do campo que se recusavam a abandonar suas terras. Repetiam-se as ações policiais, violentas e arbitrárias. As Forças Armadas, em fins de 1970, haviam realizado manobras militares na área do Araguaia-Tocantins com propósitos intimidativos.

A 12 de abril de 1972, numa operação repressiva de grande envergadura e a pretexto de combater a subversão, as Forças Armadas atacaram moradores do sul do Pará, tentando prender ou liquidar fisicamente os elementos mais esclarecidos e decididos do lugar e, ao mesmo tempo, atemorizar e subjugar a população. Usando aviões e helicópteros, lanchas da Marinha de Guerra e milhares de soldados, ocuparam a região que vai de Conceição do Araguaia, passando por Xambioá, até Marabá. Através de estradas e picadas, penetraram na zona da selva em busca de "subversivos". Exigiram a imediata capitulação de todos os habitantes.

Ao invés de se submeter ou de se retirar, os moradores mais resolutos resolveram revidar a violência reacionária. Empunharam as armas de que dispunham, organizaram grupos de guerrilha e ofereceram resistência aos agressores. Refugiaram-se nas matas para melhor se defender das tropas da ditadura, bem armadas e em número incomparavelmente superior. Responderam ao ultimato do Exército com a decisão de lutar sem esmorecimento.

— 2 —

-Durante mais de dois anos travou-se renhida luta. O Exército realizou três grandes e aparatosas campanhas, em conjunto com a Aeronáutica, a Marinha e a Polícia Militar, contando com armamentos modernos e vastos recursos materiais. Na primeira — em abril/junho de 1972 — pôs em ação 5 mil homens; na segunda — em setembro/no-

vembro de 1972 — empregou 15 mil homens; na terceira, de outubro de 1973 a maio de 1974, mobilizou de 5 a 6 mil soldados. Ocupou todas as cidades, vilas e lugarejos da região, instalou-se nas fazendas e sedes de castanhais. Prendeu, espancou e torturou centenas de lavradores, queimou seus barracos e suas roças, seus paióis de milho e arroz, assassinou populares, matou friamente prisioneiros e feridos em combate. Submeteu a vexames e humilhações padres e freiras, comerciantes e pessoas influentes. Obrigou os trabalhadores rurais a usar carteiras especiais de identificação para circular na área. Criou mais cinco batalhões de infantaria da selva e construiu, a toque de caixa, enormes instalações militares na Amazônia. A região foi praticamente isolada do resto do país. O Exército apelou também para o engodo. Ele, que sempre se colocou ao lado dos poderosos, recorreu à chamada Operação ACISO (Ação Cívico Social), fornecendo remédios e extraíndo dentes, gratuitamente, buscando iludir os moradores. O INCRA fez promessas de legalização das posses. Nessas três campanhas foram gastos vultosos recursos financeiros da nação.

Os moradores do sul do Pará, que tinham decidido resistir, desfraldaram desde o início a bandeira da defesa do povo pobre, da luta pela terra e pelos direitos da população abandonada do interior. Formularam um programa que expressava as reivindicações mais sentidas da região as quais, por sua natureza, são idênticas às de muitas outras zonas do campo brasileiro e fundaram a União pela Liberdade e Direitos do Povo para congregar, em frente-única, a população interiorana. Ao mesmo tempo, como decorrência da ação em que estavam

empenhados contra tropas federais, reclamaram a liquidação do regime antipopular e antinacional, pugnando pela união dos oprimidos do interior com as massas populares das cidades a fim de derrubar a ditadura fascista e conquistar uma vida nova. As Forças Guerrilheiras do Araguaia, organizadas como o braço armado das massas, realizaram múltiplas ações contra os contingentes do governo, desde o simples fustigamento até emboscadas e assaltos a postos militares, causando-lhes baixas. Justicaram pistoleiros e bate-paus. Os que combatiam também trabalhavam nas roças e os que lavravam a terra ajudavam de diferentes formas aos que enfrentavam o inimigo. Os guerrilheiros inauguraram, no Brasil, o sistema de luta na selva, recolhendo fecunda experiência. Desse modo, num período de mais de dois anos, a resistência armada conseguiu subsistir organizadamente aos ataques furiosos do Exército, baseando-se nas próprias forças e com o apoio e a simpatia de mais de 90% da população.

— 3 —

A luta travada no Araguaia possui profundo significado político. O povo brasileiro, oprimido por uma infame ditadura, ansioso de liberdade e de independência, tem nessa luta uma manifestação, autêntica e consequente, dos seus mais caros anseios. Ali foi dado o passo inicial da marcha que é preciso empreender na conquista de uma vida melhor. Esse fato auspicioso demonstra que a idéia de pegar em armas para alcançar um regime popular não só amadurece como pode ser levada à

prática. Única maneira de resolver a grave situação em que o Brasil se encontra, a revolução é uma aspiração do povo que, desde há muito, vem procurando o melhor modo de efetivá-la.

A resistência do Araguaia é uma ação concreta que indica a viabilidade da guerra popular, método já comprovado em vários países para conseguir a libertação. Um pequeno número de combatentes, mal armados, com pouca experiência militar, possuindo poucos recursos pôde, apesar disto, enfrentar enormes contingentes de tropas federais. Integrado com as massas e nelas apoiado, utilizando a mata como o meio natural de resguardar-se das investidas inimigas, desafiou a arrogância dos generais, assestou golpes na reação. O Exército viu-se em grandes dificuldades para reprimir os guerrilheiros. Mobilizou batalhões de diversos Estados da Federação, estabeleceu comandos especiais, construiu estradas e pistas de pouso para o seu deslocamento. E assistiu ao fracasso de muitas de suas arremetidas contra o "povo da mata".

A luta do Araguaia levou a idéia da revolução para o campo não apenas no sul do Pará mas também nas áreas fronteiriças dos Estados de Mato Grosso, Goiás e Maranhão. Essa parte do interior, submetida e relativamente apática, passou a viver um clima de guerra. Sua população, explorada e oprimida por um sistema arcaico e reacionário, pôde ver na prática a maneira de como sair do cativeiro em que vive. A resistência armada quebrou o marasmo, abriu-lhe novas perspectivas. E mostrou o quanto é grande o potencial revolucionário existente nas zonas rurais. Enquanto a guerrilha se mantinha ativa, os lavradores observaram o temor refletido nos bate-paus, na polícia, nos

exploradores em geral e viram, por duas vezes, as Forças Armadas recuarem da mata sem conseguir os objetivos traçados. Boa parte deles teve a oportunidade de discutir livremente seus problemas mais sentidos sob um ângulo novo e debater o caminho da libertação, elevou sua consciência política. O Exército que, para muitos era até então considerado digno de respeito, apareceu-lhes tal qual é — uma força de repressão contra o povo capaz dos crimes mais abomináveis.

O fato de que essa resistência se tenha verificado em região amazônica adquire relevo especial. Desde fins da década de 60, a Amazônia vem sendo objeto de desenfreada espoliação e de intensa devastação de seus recursos naturais. Suas terras são griladas ou cedidas a poderosos consórcios, suas riquezas passam às mãos de trustes estrangeiros. No norte do Pará (para falar apenas desse Estado), Daniel Ludwig, multimilionário norte-americano, apossou-se de 1,5 milhão de hectares de terra e de reservas minerais. No sul do Pará, instalaram-se diversos grupos financeiros ocupando vasta área, entre os quais, Sul América, Atlântica, Boa Vista, Peixoto de Castro, Bradesco; Volkswagen e Atlas (alemães); King's Ranch e John Davis (ianques). A United Steel Corp. tomou conta das fabulosas jazidas de ferro e manganês da Serra dos Carajás. Em Tucuruí constrói-se gigantesca usina hidroelétrica para beneficiar a bauxita já em poder de monopólios japoneses, alemães, suíços e outros. E quando isto sucede, os camponeses são escorraçados e os patriotas perseguidos. A luta no Araguaia não pode deixar de representar uma advertência e um brado de protesto contra a política criminosa dos militares na Amazônia. Ela exprime

os sentimentos da grande maioria dos brasileiros justamente revoltados com a penetração estrangeira, com a devastação irracional das florestas e a expansão do latifúndio, com o saque das riquezas ali existentes.

A ação realizada no Araguaia significa também um golpe nas tentativas da ditadura de apresentar como definitivamente esmagado o movimento popular. A partir de fins de 1968, os generais intensificaram o terrorismo no país. Torturaram milhares de pessoas, assassinaram centenas de patriotas. Pensavam que, dessa forma, haviam assegurado a “ordem” insistentemente reclamada por capitalistas estrangeiros e por reacionários nativos. Todavia, não puderam impedir o surgimento no sul do Pará, a nível ainda mais alto, da luta popular. Trataram de abafá-la através da censura. Somente em março de 1975, e assim mesmo distorcendo os fatos, fizeram referência oficial aos acontecimentos: publicamente Geisel reconheceu a existência do movimento guerrilheiro, dizendo, porém, tê-lo “reduzido”. A resistência armada veio mostrar que o movimento democrático e antiimperialista, embora temporariamente contido, continua se desenvolvendo, ganhando forças e adquirindo maturidade.

A guerrilha do Araguaia alcançou repercussão internacional. Foi saudada em muitos países, em particular na América Latina, com entusiasmo e interesse. Isto porque a luta do povo brasileiro é parte da luta mundial dos povos contra a reação e o imperialismo. O aparecimento da ação armada no campo do Brasil, fato novo e promissor, refletiu-se positivamente no conjunto do movimento emancipacionista.

Mas esse primeiro ensaio, a heróica resistência do sul do Pará, não conseguiu consolidar-se nem se transformar no amplo e extenso movimento popular armado que se faz necessário, conquanto tivesse obtido êxitos significativos e apresentado uma nova perspectiva à nação. Ergueu bem alto a bandeira da revolução popular indicando às massas do interior e das cidades o verdadeiro rumo a seguir. Despertou o povo pobre e oprimido da região para a luta conseqüente por seus direitos. Contribuiu para desmascarar mais ainda o caráter repressivo e terrorista das Forças Armadas. Elaborou o programa “Em Defesa do Povo Pobre e pelo Progresso do Interior”, iniciando a criação de núcleos da União pela Liberdade e Direitos do Povo. Adquiriu experiência de luta guerrilheira na mata.

Apesar, porém, de sua bravura e desprendimento e de haver conseguido o apoio e a simpatia da população local, o movimento guerrilheiro do Araguaia, após mais de dois anos de resistência organizada, teve de retroceder. Limitando-se a uma determinada zona, tornou-se-lhe inviável atingir largos setores da população. Não chegou a criar sólida base política de massas. Tampouco dispôs de suficiente apoio logístico, obrigado que fora a improvisá-lo diante do ataque do inimigo. Ressentiu-se da falta de uma retaguarda segura e de maior domínio da arte de fazer a guerra. E com o agravamento de circunstâncias desfavoráveis fizera-se difícil levar adiante, do mesmo modo que anteriormente, a grande tarefa à qual se propusera. Desfalcada de alguns comandantes tombados na luta, a

guerrilha dispersou-se para evitar o assédio do Exército e poder procurar outras formas de atuação.

Se a guerrilha, no entanto, não atingiu os fins almejados, o Exército, por sua vez, sofreu sério desgaste político e militar. Devido às arbitrariedades cometidas atraíu o ódio da população e o chão que pisa no sul do Pará apresenta-se-lhe adverso. Passados mais de quatro anos do início da agressão, até hoje não pôde retirar-se completamente da área conturbada, que é mantida sob permanente controle. Prossegue, sem escrúpulos, acossando moradores e arremetendo contra posseiros, em defesa dos que se assenhorearam ilegalmente de consideráveis faixas de terreno.

Enquanto isto, o exemplo do Araguaia continua inspirando os pobres do campo, pois a ação armada e a unidade popular tornaram-se imperativas para derrubar o atual regime e terminar com a prepotência dos senhores de terra e com a grilagem. Sua bandeira tremula nas mãos do povo. Muitos são os camponeses que não mais se conformam com as violências dos grileiros ou dos grandes fazendeiros. Organizam coletivamente a resistência, respondem às ameaças de expulsão de suas glebas com a luta, sem temer os pistoleiros nem as forças policiais. Os choques se repetem, inclusive armados. Em São Pedro da Água Branca, perto do Araguaia, os posseiros levantaram-se contra a grilagem de suas terras, prenderam jagunços e soldados da polícia de Marabá, revidaram com as armas o assalto dos grileiros. Recentemente, na PA-70, também próximo da região do Araguaia, dezenas de posseiros realizaram ação coletiva armada contra as provocações do ianque John Davis e seus familiares que, pela força, tentavam desa-

lojá-los de suas posses. Do choque resultou a morte desse aventureiro e espião, e de dois de seus filhos. O Exército, igual que antes, acorreu em auxílio dos grileiros, prendendo, torturando e caçando na mata os lavradores que, em legítima defesa, opuseram-se aos desmandos dos intrusos norte-americanos. Mostrou, uma vez mais, que sua principal função é defender os exploradores e atacar as massas populares apenas estas se erguem para reclamar seus direitos.

— 5 —

Da resistência do sul do Pará surgem valiosas experiências tanto de sentido político como militar. As vitórias e as derrotas na luta de emancipação constituem ensinamentos para o povo. Árdua e prolongada, a guerra popular é um processo que inclui avanços e recuos, sucessos e reveses. Seu início, em especial, oferece inúmeras dificuldades, pois nas condições do Brasil muito terá de ser feito para consolidá-la. Persistindo-se, porém, na idéia de que o pequeno se transforma em grande, a inexistência dá lugar à existência, a debilidade se converte em força, assim como de que é preciso fortalecer a aliança entre os oprimidos e explorados das cidades e do campo, vencer-se-ão todos os obstáculos na realização da grandiosa tarefa dos nossos dias — a guerra popular.

A resistência do Araguaia demonstra que a luta é inevitável e indispensável e que somente apoiado nas massas será possível vencer.

No entanto, para conseguir a vitória e destruir os alicerces da reação é fundamental que a luta

englobe amplas massas e se desenvolva em várias frentes. Não basta um só araguaia, são necessários diversos araguaias. Se a luta ali surgida se tivesse multiplicado por outros rincões do interior, contando com apoio popular, então seria muito mais custoso ao inimigo concentrar forças no combate à guerrilha, esta teria maior liberdade de movimento, de arregimentação e mobilização de massas. Condições objetivas para isto existem. Os fatores que deram lugar aos embates no sul do Pará atuam de igual modo — e às vezes mais ativos — em boa parte do território nacional. Os camponeses não possuem terra ou são constantemente vítimas da grilagem. Privados de quaisquer direitos, explorados, perseguidos e humilhados, carecem dos mínimos recursos. A revolução para eles é uma necessidade. Também é grande o número de patriotas e democratas, em todo o país, que almejam liquidar a tirania e conquistar um regime de liberdade e independência.

As cidades, as vilas e os lugarejos do interior têm de prestar efetiva colaboração às ações armadas no campo. A experiência indica que, quando se desenvolve o movimento guerrilheiro, as cidades, as vilas e os lugarejos próximos se transformam em pontos de concentração de tropas, em sedes de seus comandos antiguerrilheiros, dos seus serviços de comunicação e saúde, em lugares de recrutamento das pessoas conhecedoras da região. Durante as campanhas contra a resistência do Araguaia, as cidades de Marabá, Araguatins, Xambioá, Araguaína, Imperatriz, as vilas de São Domingos das Latas, Palestina, São Geraldo, Aruanã, entre outras, foram centros de intensa atividade das Forças Armadas que também aí praticaram violências e arbi-

triedades. Às correntes progressistas nas localidades interioranas cabe tomar a iniciativa. Simultaneamente com a defesa das reivindicações locais, precisam apoiar em todos os sentidos os combatentes do povo, organizar elementos capazes de realizar atos de diferentes tipos com a finalidade de golpear o inimigo e criar situação insustentável às tropas da reação.

Igualmente o movimento popular nos centros urbanos tem de entrosar-se mais com a luta no campo e dar-lhe ajuda eficaz. Ainda que as ações decisivas se desenrolem nas zonas rurais, as cidades, onde se concentram consideráveis parcelas da população brasileira, necessitam concorrer de distintas maneiras para impulsionar o processo revolucionário não só desenvolvendo as lutas pelos interesses do povo e de oposição à ditadura, fornecendo auxílio aos combatentes do interior, divulgando amplamente seus feitos, como também obrigando o inimigo a imobilizar forças e, quando possível, realizando ações de envergadura contra as bases da reação. A guerrilha do Araguaia contou com certo apoio das cidades. Estas enviaram combatentes e recursos materiais, divulgaram de algum modo a resistência armada. Mas esse apoio não foi em escala de massas, mostrou-se muito limitado. A divulgação alcançou apenas reduzidos setores, quando podiam ter sido usados métodos audaciosos que garantissem sua ampliação. Sem dúvida, o país vive sob uma ditadura terrorista. Todavia, é indispensável superar as dificuldades e converter as cidades em núcleos de apoio ativo à luta do interior. O movimento popular no campo e nas cidades, ainda que sob formas diferentes, tem idêntico conteúdo. Deve sintonizar-se melhor.

Assume grande importância, outrossim, a questão do maior domínio da arte militar. Não se pode aspirar a derrotar o imperialismo e a reação no Brasil sem estudar seriamente a arte de fazer a guerra. O nível de conhecimento nesse setor, conforme demonstrou a experiência do Araguaia, é ainda pequeno. Ali surgiu interessante contribuição tanto no que se refere à organização guerrilheira e à luta na selva, à disciplina nos grupos armados, ao sistema de abastecimento, acampamento e conservação das armas, como no relacionamento entre os combatentes e as massas. Mas também se manifestaram insuficiências e erros que ocasionaram prejuízos. O estudo e a assimilação das experiências militares do nosso povo, como de outros povos, o exame crítico das ações militares no sul do Pará, ajudarão sem dúvida à elevação dos conhecimentos necessários. Somente se podem resolver os problemas da luta armada, do modo de conduzir com êxito a guerra popular, possuindo o domínio da arte militar. O inimigo, atualmente, está mais atento e melhor preparado, disposto a cometer toda a sorte de violências contra o povo, sempre que este se levante. Não deve ser subestimado. Contudo, pode ser batido, é vulnerável porque defende uma causa intrinsecamente antinacional e antipopular.

— 6 —

Às forças de vanguarda cabe a honrosa tarefa de trabalhar arduamente em prol do desencadeamento da luta armada, de sua correta condução e eficiente direção. A guerra popular não resulta sim-

plesmente do movimento espontâneo de massas, requer atividade política e organizativa dirigida, sério esforço para prepará-la em todos os terrenos, assim como orientação justa que corresponda às sentidas aspirações das massas.

Lutador incansável pela liberdade e independência nacional, por transformações radicais na estrutura agrária, o Partido Comunista do Brasil empenha-se, sem medir sacrifícios, em ajudar o povo brasileiro a se levantar e a pôr fim ao atual sistema de exploração e opressão, a conquistar um regime popular. É natural, pois, que militantes e dirigentes do Partido tenham tomado parte na resistência do Araguaia.

Imbuídos da linha partidária — que considera o campo o cenário favorável ao desenvolvimento das ações revolucionárias do nosso povo, tendo os camponeses pobres e os assalariados agrícolas como a massa principal dos combatentes — membros do Partido deslocaram-se para o interior a fim de integrar-se com as massas e criar condições propícias ao surgimento de suas lutas. No sul do Pará viveram vários anos, intimamente ligados ao povo. Do mesmo modo que os camponeses, derrubaram a mata, construíram suas modestas casas, cultivaram a terra de onde tiravam meios de subsistência. Viram e sentiram o quanto é difícil a vida dos pobres do interior. Conheceram seus sofrimentos, as humilhações a que estão sujeitos, as perseguições da polícia e do fisco, o abandono a que são relegados. Observaram de perto a atividade dos grileiros expulsando da mais desumana forma os lavradores das glebas que ocupavam. Sofreram, como os que lá vivem, as doenças locais — a malária, a leishmaniose, a verminose, as frieiras brabas.

Por sua reconhecida disposição de servir o povo, de ajudá-lo em suas fainas, dificuldades e doenças, tornaram-se pessoas queridas de todos, respeitadas e ouvidas. Entre eles encontrava-se Maurício Grabois, exemplo de dirigente comunista.

Quando as tropas federais atacaram a região do Araguaia; em abril de 1972, os comunistas que lá se achavam não vacilaram em recorrer à resistência armada. Entusiastas da revolução, indicaram pela ação prática, pela iniciativa de vanguarda, o verdadeiro caminho para os oprimidos conquistarem seus direitos. Foram os melhores organizadores e os mais decididos combatentes das Forças Guerrilheiras do Araguaia. Contribuíram na elaboração do programa de luta e na criação da organização política de massas. Durante a refrega, estreitaram ainda mais suas ligações com o povo e realizaram intenso trabalho de elevação de sua consciência política.

Muitos comunistas, homens e mulheres, derramaram seu sangue generoso enfrentando as tropas da ditadura fascista. Entre outros, Elenira Resende, antiga dirigente da UNE; o médico João Carlos Haas; o cientista e geólogo Antônio Monteiro Teixeira; o pesquisador Kleber; os universitários Bergson Gurjão, Lúcia Maria da Silva (Sônia), Flávio Salazar, Idalício Aranha; o ex-marinheiro participante do movimento aliancista de 1935, Francisco Chaves; o líder bancário carioca José Toledo; a professora Maria Lúcia Petit; e jovens, saídos da massa popular, como André Grabois (José Carlos), Nunes, João Gualberto (Zebão), Ari, Cazuzza, Nelson Dourado (Nelito), Manuel Nurquis e Adriano Fonseca. Junto com eles caíram lavradores como Alfredo, Lourival e outros. São már-

tires e heróis, filhos diletos e inesquecíveis do povo brasileiro. Cumpriram com honra e até o fim seu dever de revolucionários, de lutadores abnegados da causa popular. Morreram batendo-se pelos direitos da gente simples do interior, pela liberdade, contra os opressores da nação.

Os pobres do campo puderam comprovar a atuação desprendida e corajosa dos comunistas, e observar de bem perto quem são seus verdadeiros amigos e quais os seus mais cruéis inimigos. Enquanto os comunistas, integrados com as massas, ajudavam em tudo quanto podiam à população sofrida, colocavam-se ao seu lado e apontavam-lhe o caminho da libertação, o Exército, a serviço dos poderosos, incendiava roças e barracos, prendia jovens e velhos, espancava e assassinava, obrigava os lavradores a sair do local em que habitavam. Não há esforço capaz de apagar da memória dos moradores do sul do Pará figuras tão humanas, dignas e solidárias, como as de Osvaldo Orlando da Costa (Mineirão), João Carlos, Dina, Sônia, Piauí, Joca, Paulo Rodrigues e tantos outros comunistas.

Desesperados ante o espírito de decisão dos autênticos revolucionários, o governo dos militares converteu os comunistas no alvo principal, em todo o país, de sua fúria criminosa. Também nas cidades prendeu e torturou centenas de militantes e assassinou friamente no cárcere quatro dirigentes do Partido — Carlos Danielli, Lincoln Oest, Luís Guilhardini e Lincoln Bicalho Roque. Agiu dessa forma porque sabe que os comunistas são a vanguarda do povo, a parte mais consciente e resoluta da nação, os adversários intransigentes da ditadura e da subordinação do Brasil ao capital estrangeiro. Precisamente por cumprirem seu dever de pa-

triotas, de democratas e de revolucionários, nas linhas avançadas do movimento popular, é que os comunistas atraem o ódio profundo da reação e do imperialismo. Esse ódio, no entanto, somente pode honrar os que dele são objeto.

Ao levantar bem alto a bandeira da luta contra a tirania, o Partido Comunista do Brasil demonstrou ser um batalhador consequente dos interesses do povo pobre e da maioria da nação. É hoje o Partido da resistência armada do Araguaia. É o porta-estandarte das aspirações revolucionárias da população explorada e oprimida do país.

Como força de vanguarda, o PC prosseguirá aprofundando o exame das experiências e lições que fluem do conflito verificado no sul do Pará as quais enriquecem o arsenal de lutas do povo brasileiro. Procurará dele tirar todos os ensinamentos e formular indicações que contribuam para a realização exitosa da guerra popular, para levar as correntes populares à vitória.



Os gloriosos embates do Araguaia continuarão por muito tempo inspirando novas façanhas de nosso povo, admirador e defensor das causas nobres. Os que almejam sinceramente a libertação nacional e social aprenderão de seus êxitos e reveses, do espírito de luta e da bravura dos que neles se envolveram.

Araguaia é exemplo de ousadia, firmeza e tenacidade que alenta os democratas e patriotas. Apesar das imensas dificuldades a vencer, dos

ingentes sacrifícios a suportar, é somente recorrendo às armas que os brasileiros poderão ver sua pátria livre, soberana, unida e na senda do progresso.

Edições



Bandeira Vermelha